

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA 2012

11º RELATÓRIO

19 DE OUTUBRO DE 2012



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nota Introdutória	4
Súmula do Relatório	6
1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA.....	10
1.1 Situação Atual de Seca Meteorológica.....	10
1.2 Precipitação em 30 de setembro e no ano hidrológico 2011-2012	11
1.3 Comparação entre as secas de 2005 e de 2012	13
1.4 Cenários de evolução da seca para outubro 2012	15
1.5 Teor de Água no Solo	16
2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA	17
2.1 Disponibilidades Hidrológicas	17
2.1.1 Bacias Hidrográficas	17
2.1.2 Aproveitamentos Hidroagrícolas	20
2.2 Produção de Energia Elétrica	23
3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional.....	25
3.1 Região Norte	25
3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	25
3.1.2 Cereais de Outono/Inverno	26
3.1.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	26
3.1.4 Culturas Permanentes.....	27
3.1.5 Recursos Hídricos	28
3.2 Região Centro.....	29
3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	29
3.2.2 Cereais de Outono/Inverno	29
3.2.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	29
3.2.4 Culturas Permanentes.....	30
3.2.5 Recursos Hídricos	31
3.3 Lisboa e Vale do Tejo	32
3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	32
3.3.2 Cereais de Outono/Inverno	32
3.3.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	33
3.3.4 Culturas Permanentes.....	34
3.3.5 Recursos Hídricos	35

3.4	Alentejo	35
3.4.1	Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	35
3.4.2	Cereais de Outono/Inverno	36
3.4.3	Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	36
3.4.4	Culturas Permanentes.....	37
3.4.5	Recursos Hídricos	38
3.5	Algarve	38
3.5.1	Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.....	38
3.5.2	Cereais de Outono/Inverno	39
3.5.3	Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas	39
3.5.4	Culturas Permanentes.....	40
3.5.5	Recursos Hídricos	41
4.	ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE	41
4.1	Número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano.....	41
4.2	Distribuição espacial dos abastecimentos alternativos de água para consumo humano	42
	43	
5.	INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	44
6.	MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA.....	48
6.1	Apresentação	48
6.2	Divulgação	48
ANEXOS.....		49
	Anexo I - Variação da Área Semeada	50
	Anexo II - Variação da Produtividade.....	51
	Anexo III -Medidas de Derrogação Administrativa	52
	Anexo IV - Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras	56
	Anexo V - Medidas de Caráter Nacional.....	59

Nota Introdutória

O presente relatório, o décimo primeiro produzido desde o início do ano no âmbito do acompanhamento das condições e efeitos da seca, reporta-se a 30 de setembro e inclui a seguinte informação: evolução da situação meteorológica e hidrológica, impactos da seca na agricultura e na pecuária, impactos das condições meteorológicas e hidrológicas na produção de energia, avaliação de necessidades de abastecimentos alternativos de água para consumo, situação em termos de incêndios florestais e síntese e ponto de situação do conjunto de medidas definidas tendo em vista a atenuação dos efeitos da seca.

Na Súmula inclui-se a divulgação de diplomas relativos a medidas para mitigação dos efeitos da seca que foram publicados no Diário da República em outubro, isto é, fora do período de referência deste relatório, mas com os quais se consolida o quadro de apoios definido.

A situação de seca sofreu um desagravamento ao longo do mês, não existindo, àquela data, já território no Continente em situação de seca extrema.

As medidas criadas para mitigação dos efeitos da seca, em número de 34, encontram-se todas implementadas, estando ainda a decorrer as candidaturas da segunda linha de crédito bonificado criada para apoio ao setor vegetal.

Terminado o ano hidrológico 2011/12, irá ser preparado um relatório de balanço que incluirá a síntese dos fenómenos observados, dos efeitos da calamidade – como a quebra de rendimento da atividade –, da atuação pública face à mesma, bem como dos custos para a Administração Pública com a sua intervenção. Incluir-se-ão, igualmente, uma análise crítica com identificação dos fatores estranguladores à atuação, bem como a identificação de medidas e de boas práticas a adotar em situações futuras por forma a eliminar barreiras e potenciar a minimização dos prejuízos.

Apesar da situação de seca ter sofrido um desagravamento muito significativo, a monitorização quinzenal das condições climatéricas e a monitorização mensal de todos

os setores que têm vindo a ser acompanhados manter-se-á até final do ano, ficando a sua continuidade dependente da evolução da situação.

Súmula do Relatório

- **Setembro foi um mês normal a chuvoso** em todo o território, tendo **o valor médio da quantidade de precipitação (43.7mm) sido ligeiramente superior ao valor médio 1971-2000 (42.1mm)**; As regiões com maiores desvios em relação ao normal foram Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo;
- A **precipitação acumulada** no ano hidrológico 2011/2012 (outubro11 a setembro12) ficou em **63% do valor normal** de 1971/2000, tendo sido o **5º ano mais seco desde 1931**;
- No final de setembro a situação de seca meteorológica em Portugal Continental, em relação a meados do mês, registou um **desagravamento de intensidade, deixando de haver território afetado por seca extrema e diminuindo significativamente a área de território em seca severa**; Assim, o quadro era de **0.1% com chuva fraca, 1% na situação normal, 19% em seca fraca, 65% em seca moderada e 15% em seca severa**;
- Na segunda quinzena de setembro verificou-se um **aumento dos valores de percentagem de água no solo em todo o território** e em particular na região noroeste, com valores superiores a 30%;
- No final de setembro de 2012 **os níveis de armazenamento por bacia hidrográfica eram inferiores ao valor de armazenamento médio no período homólogo de 1990/91 a 2010/11**, exceto para as bacias do Lima, Ave, Ribeiras do Oeste e Mira;
- As campanhas de rega a partir dos **aproveitamentos hidroagrícolas** têm vindo a terminar para algumas culturas, mantendo-se para culturas permanentes como o olival, para o arroz, para o milho e para as hortícolas; As campanhas têm decorrido em condições normais, exceto em Burga / Vale da Vilarça, Gostei, Odivelas, Silves, Lagoa e Portimão e Lucefécit;
- De janeiro a setembro de 2012, a produção líquida de energia elétrica acumulada caiu 14.2%, sendo de 59.2% a redução da produção hidroelétrica; O nível de armazenamento das albufeiras do sistema electroprodutor nacional foi, em setembro de 2012, de 47%, sendo superior ao do mês homólogo de 2011 (45%);

- O ponto de situação em termos de estado de evolução das atividades agrícolas era o seguinte no final do mês de setembro:
 - **Prados, pastagens permanentes e culturas forrageiras:** nas áreas de regadio estas culturas apresentavam estado vegetativo normal, mas em sequeiro, designadamente no Alentejo e Algarve, as pastagens naturais estavam esgotadas; Os agricultores procediam à constituição de stocks para o período de carência, quer produzindo para autoabastecimento, quer adquirindo; A menor disponibilidade de restolho dos cereais, associada às condições expostas, gerou uma antecipação na suplementação da alimentação dos ruminantes, sendo mais elevado, do que seria normal, o recurso a rações;
 - **Cereais de outono/inverno:** Confirmam-se em todas as Regiões as quebras previstas para a produção de grão para a generalidade dos cereais, por redução de área semeada e, especialmente, por quebra de produtividade; Verificou-se o desvio de searas, inicialmente destinadas à produção de grão, para fenação ou pastoreio direto;
 - **O milho grão de regadio:** Prevvia-se quebra de produção no Norte e Centro e bom nível de produção nas três restantes Regiões, em particular na cultura de regadio;
 - **O arroz:** a evolução da cultura ocorria de forma normal, esperando-se bom nível de produção;
 - **Tomate para indústria:** Na Região de Lisboa e Vale do Tejo a área aumentou e a produção esperada era semelhante à do ano anterior; no Alentejo a área diminuiu, mas estimava-se que a produtividade sofresse um aumento face ao valor médio do quinquénio precedente;
 - **Batata:** As áreas de sequeiro e de regadio diminuíram em todas as regiões, exceto a área regada em Lisboa e Vale do Tejo, relativamente ao último quinquénio; Quanto à produtividade, estimavam-se quebras gerais, com crescimento, apenas, na área de regadio no Norte e na área de sequeiro em Lisboa e Vale do Tejo;
 - **Fruteiras:** A macieira e a pereira apresentavam quebras de produtividade, designadamente a maçã Bravo de Esmolfe, no Centro, e a pera Rocha, em

Lisboa e Vale do Tejo; esta situação deveu-se a deficientes condições de floração, polinização e vingamento dos frutos;

- **Citrinos:** No Algarve, previam-se para as variedades temporãs (Newhall e Dalmau) produtividades semelhantes às do ano transato, apresentando os frutos um desenvolvimento homogéneo, mas com calibres ainda pequenos;
- **Frutos Secos:** Previam-se quebras de produtividade nos frutos secos – amendoeira e castanheiro; Esta cultura foi afetada pelo tempo seco e por elevadas temperaturas, podendo a ocorrência de precipitação até à sua colheita alterar as previsões atuais;
- **Vinha para vinho:** Verificava-se alguma heterogeneidade na frutificação desta cultura e registos de desavinho, prevendo-se que a produtividade seja inferior à média do último quinquénio;
- **Olival:** O deficiente vingamento do fruto deverá originar queda na produção; No olival de sequeiro, no Alentejo, as quebras deverão ser bastante acentuadas, resultando de uma conjugação de fatores climatéricos adversos;
- Em termos de **abeberamento do gado** registaram-se algumas situações em que foi necessário o transporte de água ou o recurso à Rede de Abastecimento Público para assegurar as necessidades básicas do gado;
- Os **abastecimentos alternativos de água para consumo humano** permaneceram com um comportamento regular face ao observado em outros anos; O maior número de abastecimentos por autotanque ocorreu nas regiões interiores a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, o que indicia uma tendência presumivelmente provocada, na sua maioria, por situações correntes de exploração e não por indisponibilidades hídricas conjunturais;
- O **índice meteorológico de risco de incêndio** médio no mês de setembro atingiu os valores mais elevados desde o início do ano; O valor acumulado do Índice de Severidade Diário coloca 2012 como o segundo ano mais severo dos últimos dez anos, logo a seguir a 2005; Comparando as ocorrências e as respetivas áreas ardidas de 2012 com os valores médios do decénio 2002/2011 no período de 1 de janeiro a 30 de setembro, registaram-se menos 478 ocorrências e arderam

menos 32 179 hectares (76%) de espaços florestais; Em termos distritais, Faro é o que apresenta maior área ardida (22 167 ha);

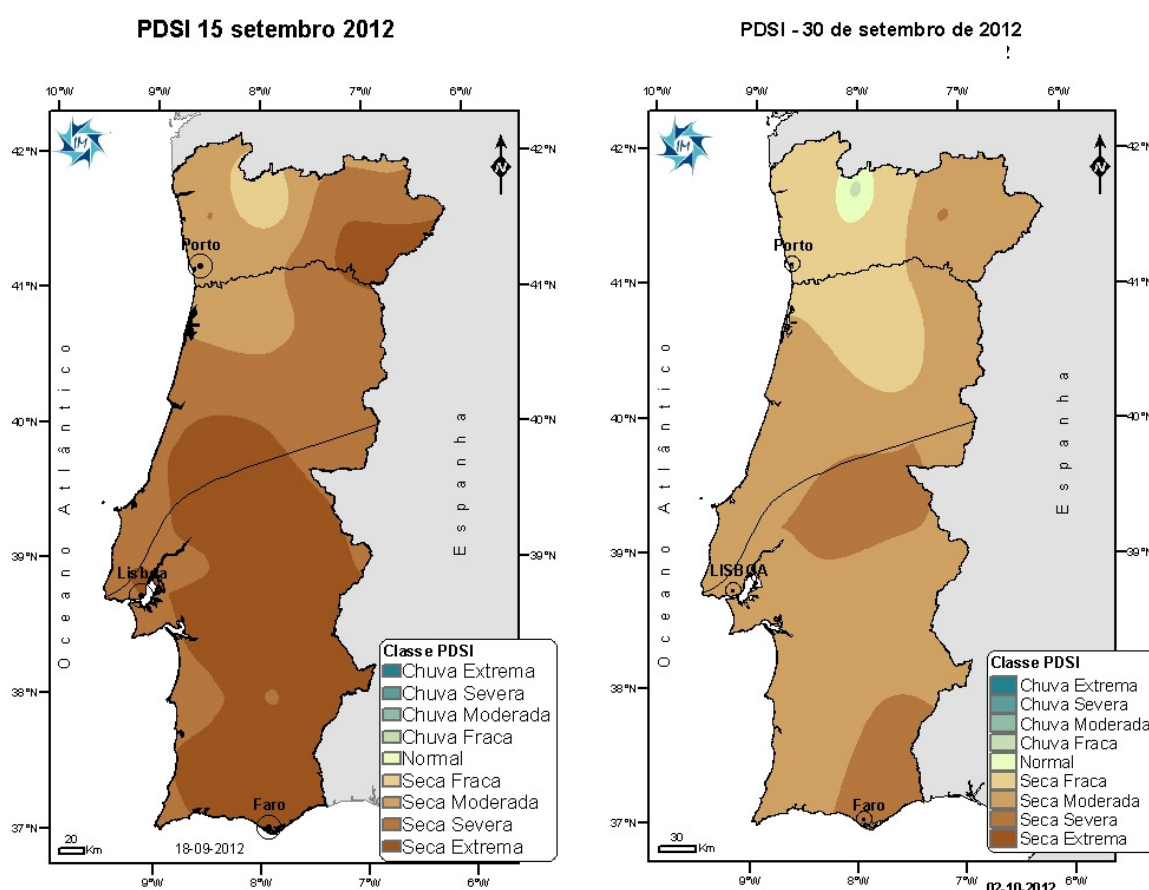
- Por fim, e no que diz respeito a medidas para mitigação dos efeitos da seca, importa realçar que no mês de setembro e início de outubro foram implementados os seguintes apoios, a acrescer aos que já se encontravam operacionalizados, ficando, deste modo, concluído o quadro de apoios criado neste âmbito :
 - Entrada em vigor das Portaria nº 299/2012, de 1 de outubro, DR nº190, 1ª série e Portaria nº 301/2012, de 2 de outubro, DR nº191, 1ª série, consentindo o pastoreio que não apenas por gado ovino nas áreas de intervenção de projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA);
 - Linha de Crédito para atividades vegetais e asininos – Portaria nº 300/2012, de 2 de outubro, com prazo de candidatura até 9 de novembro;
 - Prorrogação da Linha de Crédito para Alimentação Animal, com entrada em vigor em 15/09/2012 e prazo de candidatura até 15/10/2012.
 - Antecipação em quase dois meses do pagamento de 70% das Medidas Agro e Silvo Ambientais do PRODER, relativo a 2012: Alteração dos Modos de Produção Agrícola, Conservação do Solo e Intervenções Territoriais Integradas: pagamento efetuado em 28 de setembro, no valor de 37,33 Meuro.

1. AVALIAÇÃO METEOROLÓGICA

1.1 Situação Atual de Seca Meteorológica

No final de setembro a situação de seca meteorológica em Portugal Continental, em relação a meados do mês, registou um desagravamento de intensidade, desaparecendo a seca extrema, diminuindo significativamente a seca severa e encontrando-se quase todo o território na situação de seca fraca a moderada (ver figura seguinte). Assim, no final do mês tinha-se: 1% na situação normal, 19% em seca fraca, 65% em seca moderada e 15% do território em seca severa. A classe de chuva fraca que aparece corresponde a apenas 0.1% (ver tabela seguinte).

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 15 e em 30 de setembro de 2012



Fonte IM, I.P

Percentagem do território em seca de acordo com o índice PDSI

Classes PDSI	% de território afetado	
	15 set 2012	30 set 2012
Chuva moderada	0	0
Chuva fraca	0	0
Normal	0	1
Fraca	2	19
Moderada	15	65
Severa	36	15
Extrema	47	0
Total (seca severa + extrema)	83	15

Fonte IM, I.P

1.2 Precipitação em 30 de setembro e no ano hidrológico 2011-2012

Nas primeiras 3 semanas do mês os valores de precipitação foram muito baixos ou nulos, no entanto, na última semana de setembro ocorreu precipitação significativa verificando-se que em alguns locais foi ultrapassado mesmo o valor normal mensal. O valor médio da quantidade de precipitação em Portugal Continental (43.7mm), em setembro, foi ligeiramente superior ao valor médio 1971-2000 (42.1mm), classificando-se este mês como normal a chuvoso em todo o território. As regiões que apresentaram maiores diferenças em relação ao normal foram Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo (ver tabela que se segue).

Valores médios de precipitação mensal em 30 setembro 2012

	Precipitação em 30 setembro (mm)	Percentagem em relação ao valor normal mensal 1971-2000 (%)
Norte	58.7	101
Centro	51.7	113
Lisboa e Vale do Tejo	39.2	133
Alentejo	38.0	144
Algarve	17.5	102

Fonte IM, I.P

Na tabela seguinte, apresentam-se os valores da precipitação mensal (outubro a setembro) nos anos hidrológicos 2004/05 (ano de seca), 2010/11, 2011/12 e valores

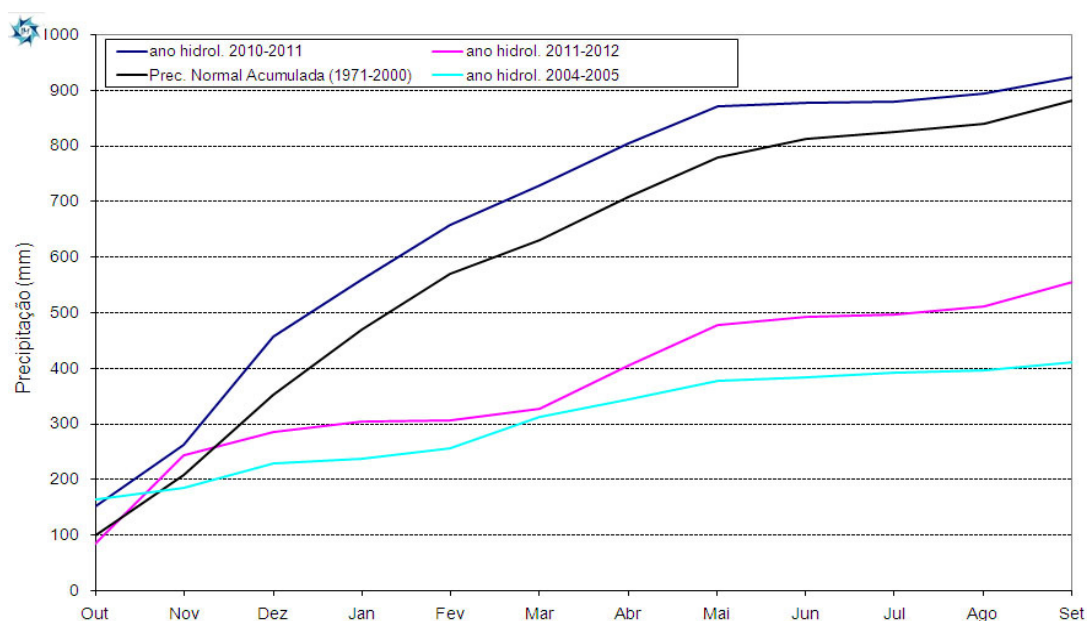
normais 1971-2000, onde se verifica que o total acumulado em 2011/12 foi inferior ao valor normal, mas superior ao de 2004/05.

Precipitação mensal nos anos hidrológicos 2004-2005, 2011-2012 e valor médio 1971-2000

	Precipitação mensal no ano hidrológico (mm)												
Ano Hidrológico	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Total
2004-2005	164.4	21.0	44.2	7.2	19.7	56.4	32.1	32.1	6.8	8.9	2.7	15.3	410.8
2010-2011	151.3	111.3	194.5	102.6	96.9	71.8	74.8	67.2	6.0	2.9	15.4	28.6	923.3
2011-2012	84.8	158.3	41.2	20.4	2.2	20.8	76.6	73.2	14.0	4.5	14.4	43.7	554.1
Normal 1971-2000	98.2	109.4	144.0	117.3	100.1	61.2	78.9	71.2	32.2	13.8	13.7	42.1	882.1

Fonte IM, I.P

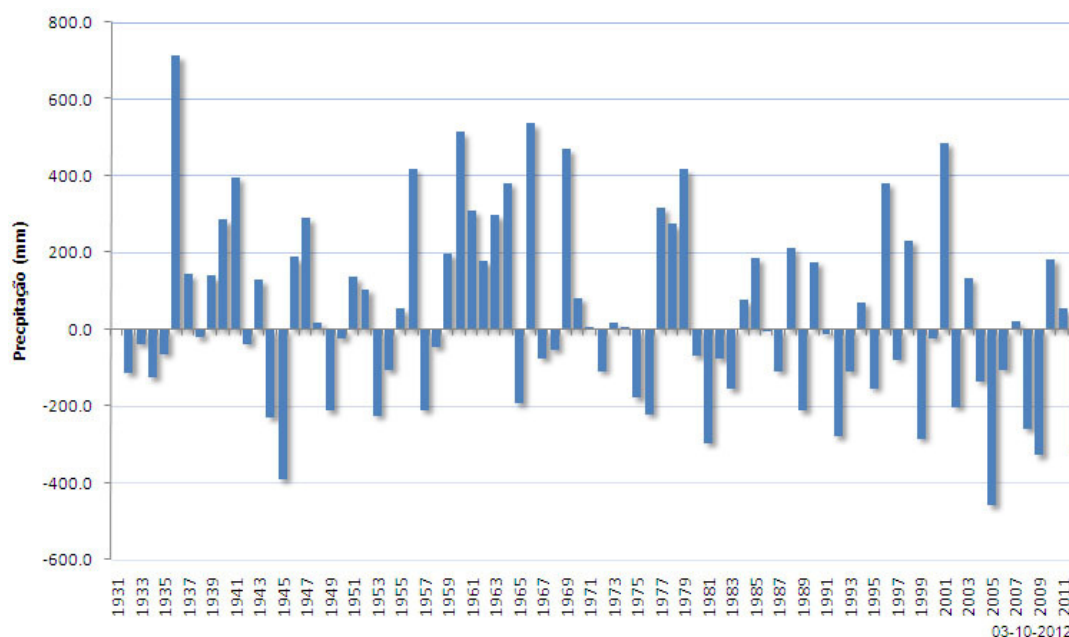
Precipitação acumulada nos anos hidrológicos 2004-2005, 2010-2011 e de 2011-2012 (outubro a setembro) e média da quantidade de precipitação mensal acumulada (1971-2000)



Fonte IM, I.P

O ano hidrológico de 2011/12 registou no Continente um valor médio de precipitação acumulada entre outubro de 2011 e setembro de 2012 de 554.1mm, o qual corresponde ao 5º ano mais seco desde 1931 (ver figura que se segue).

Precipitação total nos anos hidrológicos entre 1931/32 e 2011/12 em Portugal Continental - Desvios em relação à média 1971-2000 (mm)



Fonte IM, I.P

03-10-2012

1.3 Comparação entre as secas de 2005 e de 2012

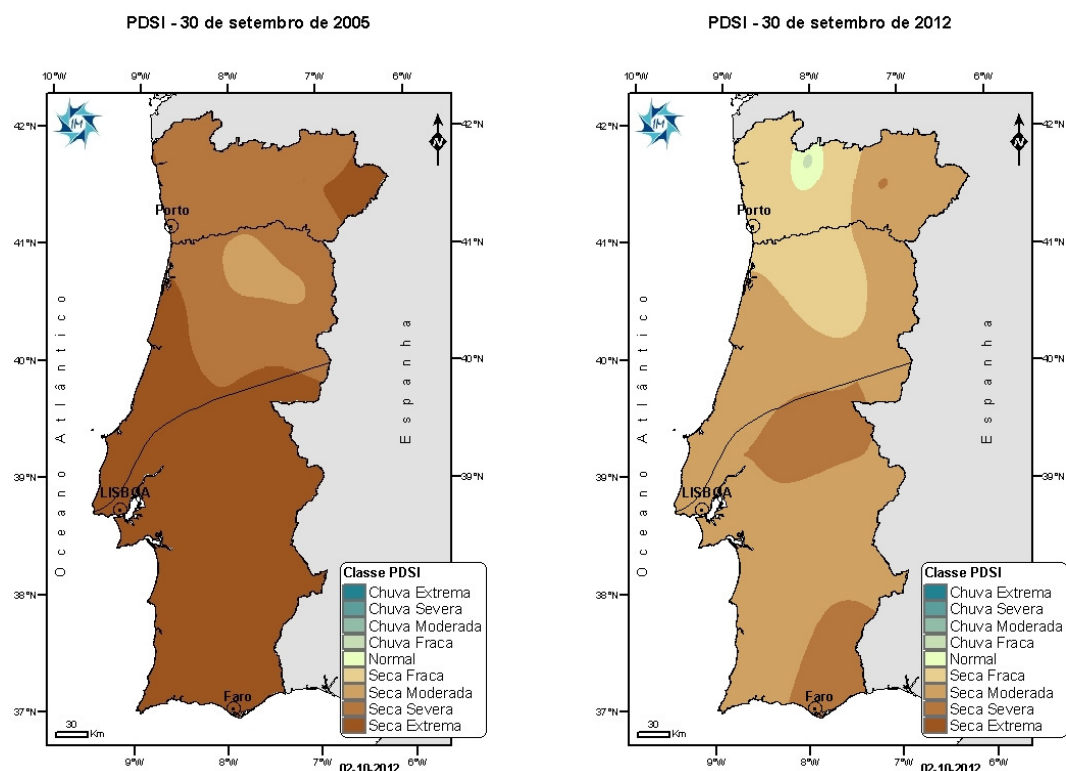
Nos últimos 10 anos a situação de seca mais grave que ocorreu foi no período de novembro 2004 a fevereiro de 2006. Na tabela seguinte apresentam-se as percentagens de território afetado pela situação de seca meteorológica entre fevereiro e setembro para 2011/12 e 2004/05, verificando-se em 30 de setembro uma situação muito menos grave em 2012 do que em 2005. Na figura seguinte apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca em 30 de setembro de 2005 e de 2012.

Percentagem de território afetado por seca meteorológica

Classes PDSI	% de território afetado															
	29 fev 2012	28 fev 2005	31 mar 2012	31 mar 2005	30 abr 2012	30 abr 2005	31 mai 2012	31 mai 2005	30 jun 2012	30 jun 2005	31 jul 2012	31 jul 2005	31 ago 2012	31 ago 2005	30 set 2012	30 set 2005
Chuva severa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chuva moderada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chuva fraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Normal	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Fraca	0	0	0	26	2	15	6	4	4	0	1	0	13	0	19	0
Moderada	0	23	2	22	39	22	19	28	16	3	15	0	13	0	65	3
Severa	68	44	41	28	59	20	30	20	24	33	26	27	40	29	15	36
Extrema	32	33	57	24	0	43	44	48	56	64	58	73	33	71	0	61
Total (seca severa + extrema)	100	77	98	52	59	63	74	68	80	97	84	100	73	100	15	97

Fonte IM, I.P

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI em 30 de setembro de 2005 e de 2012



1.4 Cenários de evolução da seca para outubro 2012

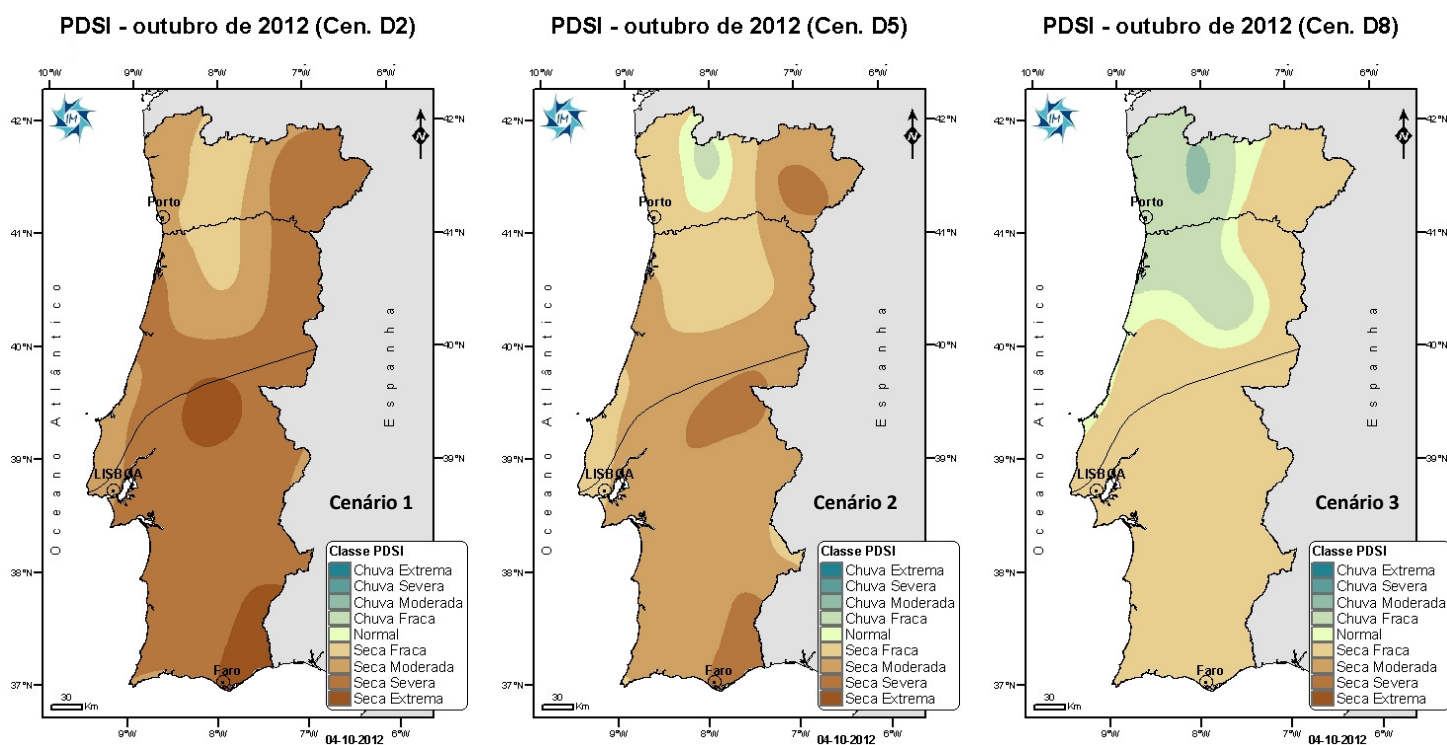
A evolução da situação de seca para o final do mês de outubro, tendo em conta a situação no final de setembro de 2012, baseia-se na estimativa do índice PDSI, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação (ver figura seguinte).

Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 31 de outubro 2012, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação

Cenário 1

Cenário 2

Cenário 3



Se os valores da quantidade de precipitação forem muito inferiores ao normal (Cenário 1- decil 2), espera-se um aumento da intensidade da seca, ficando: 7% do território em seca extrema, 63% em seca severa, 21% em seca moderada e 9% em seca fraca.

Se a quantidade de precipitação for próxima do normal (cenário 2 - decil 5), espera-se uma ligeira diminuição da intensidade da seca em particular na região Norte, ficando: 10% em seca severa, 62% em seca moderada, 24% em seca fraca, 3% em situação normal e 1% em chuva fraca.

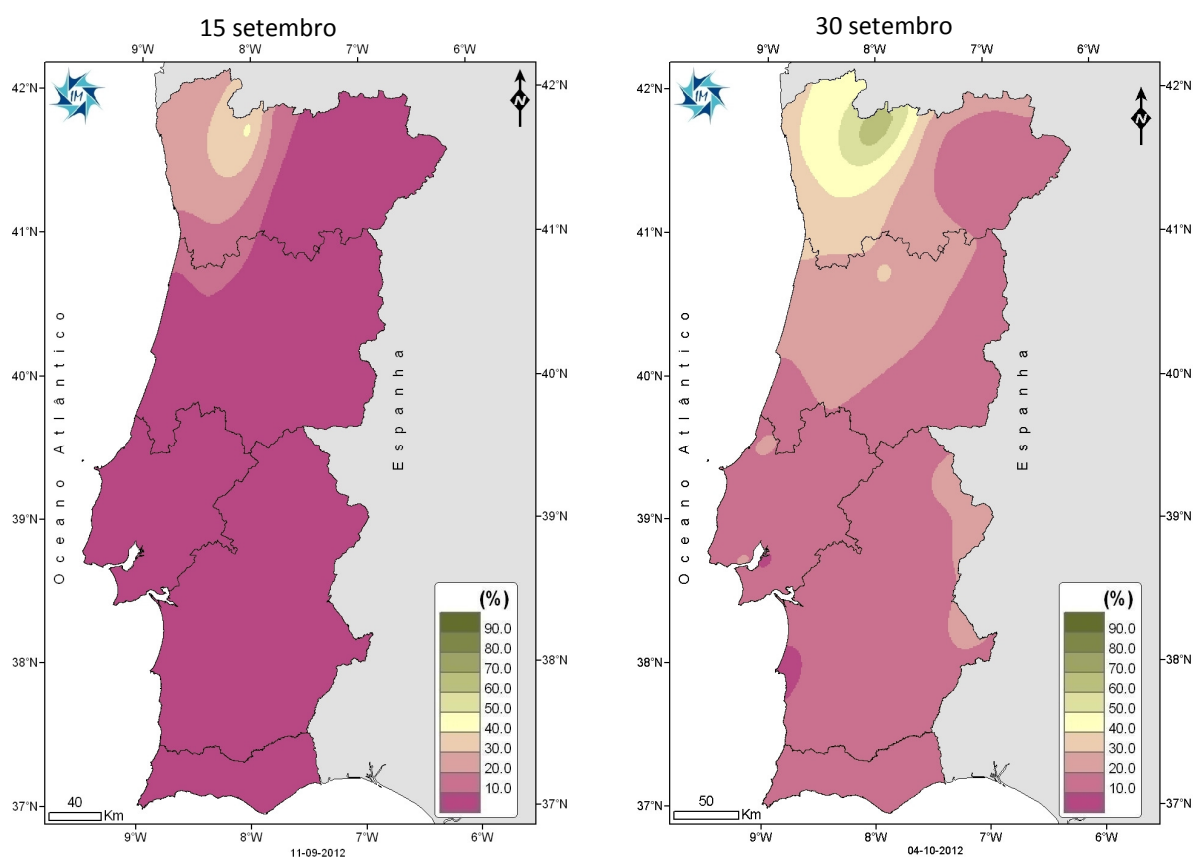
Se a quantidade de precipitação for muito superior ao normal (cenário 3 - decil 8), espera-se uma diminuição significativa da intensidade da situação de seca terminando mesmo na região noroeste do território, ficando: 73% em seca fraca, 8% em situação normal, 18% em chuva fraca e 1% em chuva moderada.

A previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF) aponta para valores abaixo do normal, para todo o território, na semana de 01/10 a 07/10 (nas semanas de 08/10 a 14/10 e de 15/10 a 21/10 não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo). Desta forma será mais provável o aumento da intensidade da situação de seca meteorológica em todo o território.

1.5 Teor de Água no Solo

A figura seguinte (imagem do lado direito) representa os valores em percentagem de água no solo, em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas em 30 de setembro de 2012, onde se verifica, em relação a 15 de setembro (figura do lado esquerdo), um aumento dos valores de percentagem de água no solo em todo o território e em particular na região noroeste do território com valores superiores a 30%.

Percentagem de água no solo em 15 e em 30 de Setembro de 2012



Fonte IM, I.P

2. AVALIAÇÃO HIDROLÓGICA

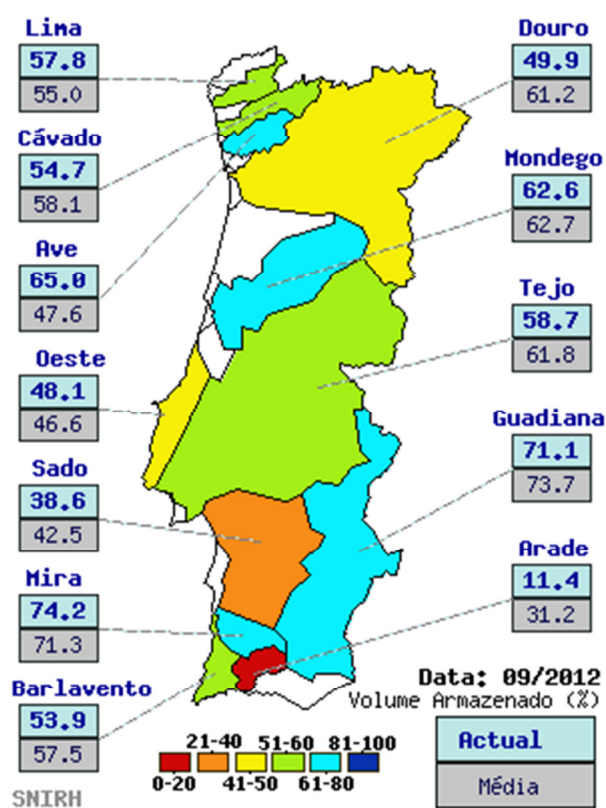
2.1 Disponibilidades Hidrológicas

2.1.1 Bacias Hidrográficas

No último dia do mês de setembro de 2012, comparativamente ao do mês anterior, verificou-se uma diminuição do volume armazenado em todas as bacias hidrográficas monitorizadas.

Das 57 albufeiras controladas, uma apresentava disponibilidade hídrica um pouco acima de 80% do volume total e 17 abaixo de 40% da capacidade máxima.

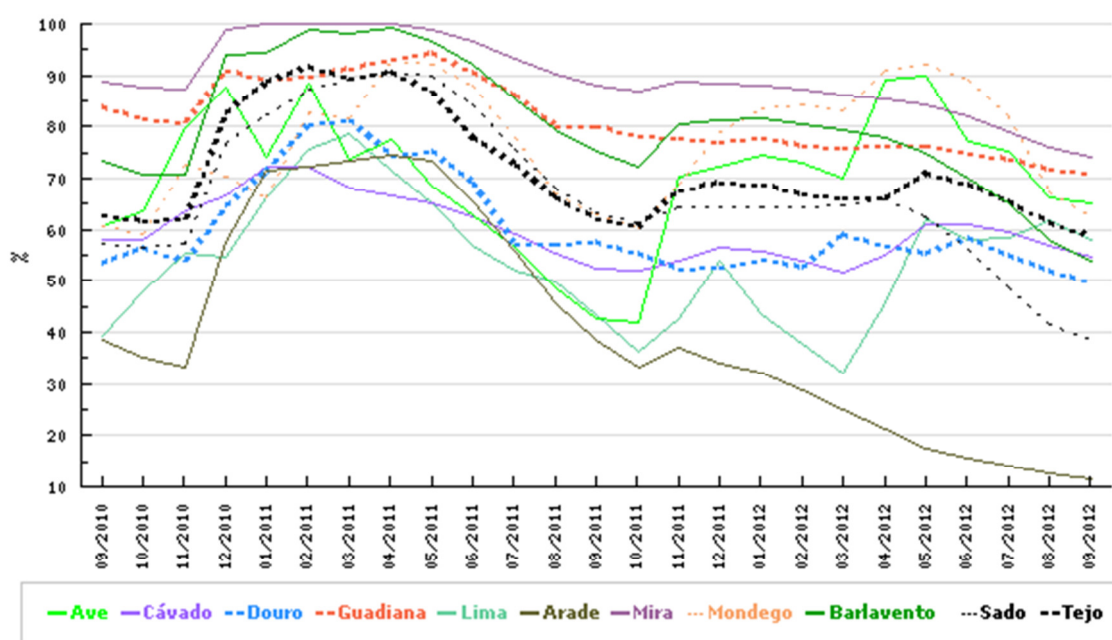
Situação das albufeiras em setembro de 2012



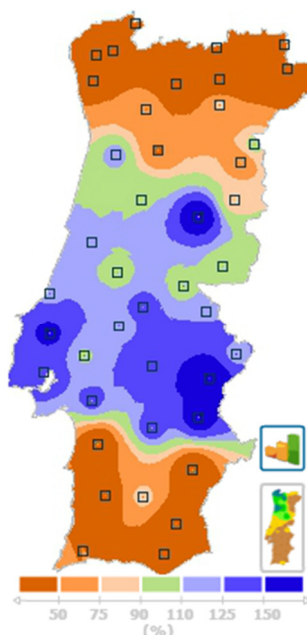
Fonte: APA

Os níveis de armazenamento por bacia hidrográfica no final de setembro de 2012 eram inferiores ao valor médio de armazenamento no período homólogo de 1990/91 a 2010/11, exceto para as bacias do Lima, Ave, Ribeiras do Oeste e Mira.

Evolução do volume armazenado por bacia hidrográfica

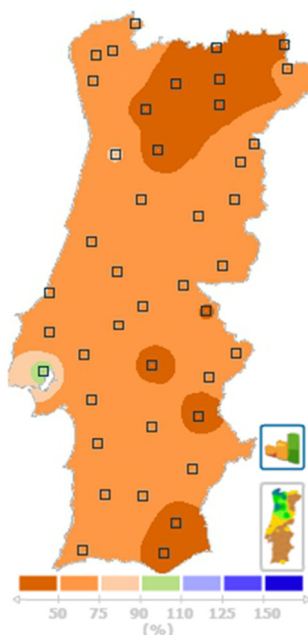


Relação entre a precipitação no mês de setembro do ano hidrológico 2011/2012 e a precipitação média de 1940/41 a 1997/98 para o mesmo mês, em percentagem, com base em 42 estações de medição de precipitação



Fonte: APA

Relação entre a precipitação no ano hidrológico 2011/2012 e a precipitação média de 1940/41 a 1997/98, em percentagem, com base em 42 estações de medição de precipitação



Fonte: APA

2.1.2 Aproveitamentos Hidroagrícolas

As campanhas de rega a partir dos aproveitamentos hidroagrícolas têm estado a terminar para algumas culturas, mantendo-se para culturas permanentes, como para o olival, para o arroz, para o milho e para as hortícolas.

Segue-se informação mais detalhada das albufeiras hidroagrícolas e respetivas campanhas de rega que merecem reparo.

Vale da Vilariça / Barragem da Burga

A campanha de rega terminou antecipadamente no Bloco Norte, por indisponibilidade hídrica, atingindo cerca de 600 hectares.

Gostei/Barragem de Gostei

Face à indisponibilidade hídrica, foi dada por concluída a campanha de rega.

Barragem de Odivelas (Infraestrutura 12)

Manteve-se durante todo o mês de setembro o reforço da barragem de Odivelas a partir de Alvito. Permanecem em rega apenas os olivais e algumas permanentes. Esta transferência assegurou a normalidade da campanha de rega.

Silves, Lagoa e Portimão

A barragem do Arade encontra-se sem qualquer restrição, após transferência de água de Odelouca, via Funcho. A campanha de rega efetua-se com normalidade e tem sido garantida a rega dos citrinos.

Lucefécit

A campanha de rega na barragem de Lucefécit manteve-se com restrições, dois dias por semana. Apenas se está a regar as culturas permanentes, com enorme rateio face às disponibilidades hídricas já muito reduzidas.

Quanto à operação de remoção da massa piscícola, optou-se por não desencadear a segunda fase desta operação.

Esta opção resultou de duas constatações, o fato de que não ter ocorrido nenhum episódio recente de mortalidade de peixes nesta albufeira e também às condições ambientais e atmosféricas que se registaram na última semana de setembro na região, nomeadamente, a significativa diminuição da temperatura atmosférica e, consequentemente, da temperatura da água da albufeira; a diminuição da insolação, a maior agitação da massa de água, o que favoreceu a oxigenação da água e a inexistência de quaisquer indícios que apontem para um eventual episódio de mortalidade de peixes sustentam, portanto, não ser necessária uma intervenção.

A evolução das disponibilidades de água nas albufeiras hidroagrícolas, assim como a variação dos seus níveis, podem ser acompanhados em sir.dgadr.pt.

Reservas hídricas nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas

(Atualização 28 de setembro)

Designação das albufeiras	Cotas Plano de Água nas Albufeiras (m)	Variação das reservas hídricas no ultimo mês		Armazenamento total		Armazenamento útil	
				28-Set-12		28-Set-12	
		x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor NPA	Volumes x 10 ³ m ³	% do valor CU Total
BACIA HID.DO DOURO:							
Azibo (*)	596.47	-1 025 🟡	-3.0%	34 037	62.5	26 237	56.2 🟡
Sabugal	777.52	-5 956 🟡	-13.7%	43 544	38.1	39 644	35.9 🟡
BACIA HID.DO VOUGA:							
Burgães V.de Cambra	(*)	(*)	(*)	408	100.0	330	100.0 🟢
BACIA HID.DO TEJO:							
Divor	257.47	-510 🟡	-11.9%	4 274	35.9	4 264	35.9 🟡
Idanha	248.33	-3 980 🟡	-11.2%	35 440	45.4	34 640	44.8 🟡
Magos	14.80	-100 🟡	-5.7%	1 760	52.0	1 376	45.9 🟡
Maranhão	119.00	-9 331 🟡	-15.4%	60 500	29.5	36 000	19.9 🟡
Meimoa (*)	563.96	-26 137 📉	-907.6%	2 880	7.4	-9 120	obs
Minutos	261.00	-4 655 🟡	-12.0%	38 645	74.2	36 545	73.1 🟡
Montargil	73.42	-10 989 🟡	-16.2%	67 970	41.4	46 370	32.5 🟡
BACIA HID. DE ARNÓIA:							
Óbidos	(*)	(*)	(*)	2 132	30.0	832.144	14.3 🟡
BACIA HID.DO SADO:							
Alvito (*) (**)	192.68	-620 🟡	-0.8%	77 200	58.3	74 700	57.5 🟡
Campilhas	97.45	-1 385 🟡	-51.3%	2 700	9.9	1 700	6.5 🟡
Fonte Serne	74.45	-194 🟡	-10.8%	1 790	34.8	290	7.9 🟡
Miguéis	154.71	-23 🟡	-4.0%	570	60.8	456	55.3 🟡
Monte Gato	178.19	-19 🟡	-4.9%	390	59.7	334	55.9 🟡
Monte da Rocha	131.02	-3 764 🟡	-7.8%	48 560	47.3	43 560	44.6 🟡
Odivelas	90.49	1 786 🟡	6.9%	25 857	26.9	-143	obs
Pego do Altar	38.17	-4 325 🟡	-27.4%	15 800	16.8	15 800	16.8 🟡
Roxo	131.50	-3 623 🟡	-8.3%	43 660	45.3	36 860	41.2 🟡
Vale do Gaio	31.71	-3 585 🟡	-16.7%	21 510	34.1	21 510	34.1 🟡
BACIA HID.DO MIRA:							
Corte Brique	132.78	-71 🟡	-5.6%	1 268	77.5	1 093	74.8 🟡
Santa Clara	123.50	-8 109 🟡	-2.3%	360 135	74.3	115 435	48.0 🟡
BACIA HID.DO GUADIANA:							
Abrilongo	(*)	(*)	(*)	2 745	13.8	1745.1	9.2 🟡
Beliche (*)	42.46	-1 476 🟡	-6.4%	23 049	48.0	22 649	47.6 🟡
Caia	224.38	-7 226 🟡	-10.3%	70 364	34.7	59 664	31.0 🟡
Lucefecit	170.08	-120 🟡	-26.6%	453	4.4	-775	obs
Odeleite (*)	42.46	-3 850 🟡	-5.3%	72 350	55.7	59 350	50.7 🟡
Vigia	213.91	-684 🟡	-35.3%	1 936	11.6	737	4.7 🟡
BACIA HID.DE ODEAXERE:							
Bravura(Alvor)	77.95	-1 296 🟡	-6.9%	18 814	54.0	16 249	50.4 🟡
BACIA HID.DE ARADE:							
Arade(Silves)	39.62	936 🟡	19.8%	4 732	16.7	3 087	11.5 🟡
Funcho (*)	74.10	-1 658 🟡	-41.5%	3 999	8.4	-971	obs

Fonte: DGADR

(*) - Albufeiras de obras cuja gestão está a cargo do Instituto da Água

(**) - Em actualização à data de emissão do boletim ou erro na transmissão da leitura

NPA- Nível de Pleno Armazenamento

CU - Capacidade Útil de Armazenamento

Menor ou igual a 70% CU

De 70 a 90% CU

Maior ou igual a 90% CU

Observações

Volume transferível do Sabugal para a Meimoa acima cota [774] (hm3)

A barragem de Odivelas está a funcionar abaixo do Nível Mínimo de Exploração

Burgães - fio de água

2.2 Produção de Energia Elétrica

Pela análise do quadro seguinte verifica-se que de janeiro a setembro de 2012, a produção líquida de energia elétrica acumulada caiu 14.2%, quando comparada com igual período de 2011. Esta situação deveu-se à redução da produção hidroelétrica (-59.2%). A produção térmica foi praticamente igual ao período homólogo de 2011.

Produção de energia elétrica no Continente

	GWh		
	Total		
	janeiro-setembro 2011	janeiro-setembro 2012	%
Produção Líquida	36 509	31 313	-14.2
Hídrica	9 458	3 860	-59.2
Térmica	20 483	20 093	-1.9
Eólica	6 361	7 098	11.6
Fotovoltaica	207	262	26.6
SALDO IMPORTADOR	1 855	6 316	
Importação (Comercial)	3 224	6 488	101.2
Exportação (Comercial)	1 369	172	-87.4
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	439	937	113.4
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	37 925	36 692	-3.3

Fonte: DGE

Em setembro de 2012, verificou-se uma quebra de 39.5% da produção hídrica - fixada em 318 GWh em 2012 face a 526 GWh no período homólogo de 2011 (ver quadro que se segue). A produção líquida de energia elétrica caiu 7.9%, quando comparada com igual período de 2011, devido à quebra da produção hídrica.

A seca que tem atingido Portugal Continental ao longo de 2012 conduziria, teoricamente, a um aumento da produção elétrica de origem térmica, que continua a não se verificar. A energia térmica diminuiu 13% quando comparada com igual período de 2011. Esta situação deve-se, sobretudo, à opção tomada pelo gestor do sistema pela importação de energia elétrica de Espanha, no âmbito do MIBEL, por questões de preços de mercado. As importações em setembro de 2012 registaram um aumento de 26% relativamente ao período homólogo de 2011.

Produção de energia elétrica no Continente em agosto e setembro

GWh

	agosto			setembro		
	2011	2012	%	2011	2012	%
Produção Líquida	3 781	3 512	-7,1	3 712	3 420	-7,9
Hídrica	432	320	-25,9	526	318	-39,5
Térmica	2 740	2 498	-8,8	2 701	2 343	-13,3
Eólica	581	660	13,6	459	730	59,0
Fotovoltaica	28	34	21,4	26	29	11,5
SALDO IMPORTADOR	280	458		445	617	
Importação (Comercial)	374	488	30,5	509	639	25,5
Exportação (Comercial)	94	30	-68,1	64	22	-65,6
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	57	101	77,2	82	103	25,6
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	4 004	3 869	-3,4	4 075	3 934	-3,5

Índice Produtib. Hidroelétrica	0,71	0,69		0,90	0,41	
Armazenamento nas Albufeiras (%)	49	49		45	47	

Fonte: REN - Redes Energéticas Nacionais

* **IPH**: Índice de Produtibilidade Hidroelétrica - Indicador que permite quantificar o desvio do valor total de energia produzida por via hídrica num determinado período, em relação à que se produziria se ocorresse um regime hidrológico médio.

O índice de produtividade hidroelétrica foi de 0.41 em setembro de 2012, ou seja, menos de metade do valor registado no mês homólogo de 2011.

O nível de armazenamento das albufeiras do sistema electrodutor nacional foi, em setembro de 2012, de 47%, sendo inferior ao do mês anterior, que foi de 49%, mas acima do nível de armazenamento verificado no mês homólogo de 2011 (45%).

3. IMPACTO NA AGRICULTURA – Avaliação Regional

Este ponto foca uma avaliação qualitativa e quantitativa, encontrando-se nos Anexos I e II deste relatório a informação de base, estritamente quantitativa, harmonizada entre Regiões e traduzindo a comparação de áreas e produtividades registadas/previstas para 2012 com os valores médios do quinquénio 2006/07 a 2010/11, do qual se excluiu o melhor e o pior anos.

A avaliação efetuada pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) no final de setembro, é a que se segue.

3.1 Região Norte

3.1.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Durante o mês de setembro, os prados, pastagens e culturas forrageiras, apresentavam, de um modo geral, aspeto vegetativo próximo do normal para a época, estando em melhores condições as áreas com possibilidade de rega.

Há produtores receiam não ter conseguido armazenar quantidades suficientes de alimentos grosseiros, para garantir a alimentação do efetivo pecuário no período de carência, principalmente se a situação de seca persistir.

Ainda que em menor quantidade, o recurso aos alimentos grosseiros armazenados, como silagens, palhas e fenos, bem como às rações industriais, como complemento alimentar para os animais, continua a verificar-se.

As previsões apontam para quebras significativas nas produtividades/produções das culturas forrageiras (entre 20 e 30%) e dos prados e pastagens (quebras entre 28 e 33%), relativamente ao ano anterior.

Quanto ao abeberamento dos animais, na área geográfica de Trás-os-Montes, alguns produtores tiveram que transportar água para satisfazer as necessidades básicas dos seus efetivos, originando um acréscimo nos custos.

3.1.2 Cereais de Outono/Inverno

As quebras na quantidade produzida de cereais praganosos foram significativas, entre 16 e 32%, comparativamente à média do quinquénio, tendo sido afetada, em alguns casos, também a qualidade do grão, apesar de se ter verificado, na fase final do ciclo produtivo, um certo desagravamento das previsões iniciais, nomeadamente no caso do centeio e nas zonas de montanha. No caso do trigo esta diminuição resulta de quebras conjugadas de área e de produtividade (com maior peso desta última), enquanto para os outros casos resulta essencialmente de quebras na produtividade.

A campanha de comercialização tem-se caracterizado pela existência de uma atitude expectante, principalmente da parte dos produtores. A evolução do mercado internacional tem influenciado as transações regionais, mas não produziu o aumento de preços que os produtores esperavam.

O destino provável da maior parte do cereal, incluindo o trigo, deverá ser a fabricação de alimentos para animais.

3.1.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

A cultura do milho grão apresentou um desenvolvimento vegetativo heterogéneo em algumas zonas de produção. As estimativas apontam para uma diminuição da área total semeada na ordem dos 12%, relativamente à média do quinquénio. Mantém-se a preocupação sobre a disponibilidade de água para rega. Algumas áreas de milho grão, nomeadamente de sequeiro, apresentavam muito fraco desenvolvimento, com colmos mais pequenos, podendo as quebras de produtividade serem muito significativas. A evolução nos próximos tempos será determinante.

As estimativas indicam uma diminuição da área plantada de batata na ordem dos 7%, tanto em sequeiro como em regadio, comparativamente à média do quinquénio. A batata de sequeiro encontra-se colhida em toda a região, apresentando os tubérculos calibres inferiores aos normais nas zonas onde houve falta de humidade nos solos. Nas

restantes zonas os calibres foram médios. No caso da batata de regadio, a colheita está praticamente concluída. Prevê-se uma quebra na produção, resultado sobretudo da redução da área plantada.

De referir ainda que, tanto para a batata de regadio como para a de sequeiro, nos casos em que os ataques de míldio ou traça não foram devidamente controlados, o produto final tem uma menor qualidade e poderá apresentar problemas de conservação.

Nas culturas hortícolas (batata primor, feijão, couves, alface, ...), verificaram-se dificuldades de germinação e de desenvolvimento, que poderão determinar quebras de produtividade de 15 a 25% em algumas zonas. Também se verificou uma diminuição de área.

3.1.4 Culturas Permanentes

Nos pomares de prunóideas, nomeadamente de pêssago e de cereja, estão previstas quebras de produtividade relativamente aos valores do quinquénio que, em certas zonas, poderão ser bastante significativas. Em Entre Douro e Minho, no caso da cereja, a quebra de produtividade deverá ultrapassar os 40%, face ao quinquénio considerado.

No caso das pomóideas, verificaram-se dificuldades na floração/polinização, o que se refletiu num deficiente vingamento em vários pomares, nomeadamente em certas zonas com peso na região. Estão previstas quebras de produtividade nas macieiras e nas pereiras que deverão rondar os 30% em Trás-os-Montes, relativamente aos valores do quinquénio.

A má polinização em alguns pomares de Kiwi, os ventos fortes e a proliferação de doenças poderão ter afetado a produtividade da cultura. Prevê-se uma quebra de 9% na produção unitária, relativamente à média do quinquénio.

Nos frutos secos estão previstas quebras de produtividade relativamente aos valores do quinquénio.

No caso específico do castanheiro, a conjugação entre o tempo seco e as elevadas temperaturas, contribuíram para uma menor produção, bem como deverá afetar a qualidade dos frutos. A precipitação caída nos últimos dias do mês, poderá beneficiar a cultura, mas só numa fase posterior poderá ser avaliada a situação. Prevê-se uma quebra superior a 30% na produtividade, comparativamente com a média do quinquénio.

Os amendoais da região apresentavam perspectivas de produtividade muito diferenciadas, conforme as zonas e as características dos solos onde os pomares se encontram instalados. Aponta-se para uma diminuição do calibre do miolo, em algumas zonas de produção. Prevê-se uma quebra da produtividade na ordem dos 14%, relativamente à média do quinquénio.

A cultura da vinha apresentava um desenvolvimento heterogéneo e um atraso de cerca de uma a duas semanas em várias zonas. Em algumas áreas os cachos apresentavam-se mais pequenos que no ano anterior, havendo variedades onde ocorreu algum desavinho. É também de referir as situações pontuais de prejuízos causados pela queda de granizo. Em certas zonas as quebras de produtividade poderão ser significativas, prevendo-se uma quebra de 19% para a vinha/vinho no conjunto da região, relativamente à média do quinquénio.

Quanto ao olival, as condições climatéricas desfavoráveis terão originado um deficiente vingamento do fruto, prevendo-se atualmente uma quebra na ordem dos 30%, no caso de produção destinada à obtenção de azeitona para conserva e de 32%, no caso de azeitona para azeite, relativamente aos valores do quinquénio. A precipitação de finais de setembro poderá ter determinado alguma inversão na situação, que somente será possível confirmar futuramente.

3.1.5 Recursos Hídricos

As reservas hídricas encontravam-se em níveis inferiores aos do ano anterior, devido aos baixos valores de precipitação acumulada e também por ter sido necessário efetuar regas, que num ano normal não teriam ocorrido tão cedo.

3.2 Região Centro

3.2.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Nas culturas forrageiras confirmam-se as quebras de produtividade superiores a 25%, em relação à média do quinquénio, em quase todas as zonas homogéneas, com exceção para o Baixo Vouga.

Nos prados as quebras foram menores que nas culturas forrageiras e pastagens, devido à maior percentagem de área regada.

A precipitação ocorrida no fim de setembro possibilitou a sementeira das pastagens e das culturas forrageiras de outono/inverno, nos solos que estavam preparados.

3.2.2 Cereais de Outono/Inverno

Com a colheita, confirmam-se as quebras de produtividade entre 15 a 50% nos cereais praganosos.

3.2.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Na região Centro prevê-se uma quebra na produtividade do milho. No que diz respeito ao milho de sequeiro, registou-se uma quebra na produção unitária em todas as zonas homogéneas, sendo de destacar Dão Lafões, Beira Serra e Cova da Beira. Nesta última zona homogénea, a quebra situava-se nos 60%, face ao quinquénio considerado. No milho de regadio, as quebras resultam não só da situação de seca, que levou a que nalguns casos não fosse possível efetuar as regas necessárias, sobretudo na altura da floração, mas também da ocorrência de outros fatores climáticos que afetaram o normal desenvolvimento vegetativo da cultura. As zonas a destacar como as mais afetadas são Pinhal, Alto e Baixo Dão Lafões e Beira Serra.

Na zona homogénea de Baixo Vouga, o desenvolvimento vegetativo do arrozal decorreu sem problemas. O tempo seco evitou o desenvolvimento de fungos e proporcionou o alouramento e bom enchimento das espigas. Prevê-se uma produção

semelhante à da campanha anterior e com produto de boa qualidade e com baixa percentagem de trincas. No baixo Mondego, a colheita do arroz já se iniciou. Ainda não foi possível avaliar a produtividade, mas estima-se que se encontre em bom nível. No Vale do Mondego a disponibilidade de água para rega mantém-se com níveis normais, exceção para algumas zonas fora do vale e de “monte”. Em Pinhal Litoral houve problemas com as infestantes e com os nevoeiros matinais, prevendo-se uma quebra de 10%.

Registou-se uma forte quebra de produtividade na batata de sequeiro nas zonas homogéneas de Dão Lafões, Beira Serra, Alto Mondego, Serra da Estrela, Côa e Pinhal Sul, sendo mais ligeira noutras zonas por via das regas efetuadas. Na Cova da Beira praticamente toda a batata foi regada. A colheita da batata de regadio encontrava-se concluída. As quebras mais significativas ocorreram nas zonas homogéneas de Dão Lafões, Beira Serra, Riba e Cimo Côa e Cova da Beira.

A diminuição da área ocupada por hortícolas, bem como a quebra nas produtividades, foram visíveis apenas no Cimo e Riba Côa. Na zona homogénea de Baixo Vouga, prevê-se uma quebra de 25% na produção de couves devido a um ataque do fungo “*Potra*”.

3.2.4 Culturas Permanentes

Nos citrinos os efeitos da seca fizeram-se sentir no Côa, Cova da Beira e, mais acentuadamente, na zona homogénea Campina e Campo Albicastrense, onde se estima uma quebra de produtividade superior.

Nas pomóideas a situação a destacar refere-se à maçã Bravo de Esmolfe, que registava quebras na produtividade em Dão Lafões, Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense. Também se estimam quebras de produção unitária na Beira Serra e Pinhal Sul em outras variedades (menor número de frutos vingados). O frio causou lesões na maçã, sendo notório o típico “anel de fogo” nas variedades vermelhas e a carepa nas Golden, o que as desvaloriza comercialmente. No que se refere à pera também se prevê quebras de produtividade na Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense.

Quanto às prunóideas, na Cova da Beira e também no Pinhal Sul e na Campina e Campo Albicastrense, prevêem-se quebras na produção de pêssego, no entanto, na Beira Serra confirma-se o seu aumento.

A vinha encontrava-se com um desenvolvimento vegetativo muito heterogéneo, confirmando-se muito desavinho. Estimam-se quebras na produtividade nalgumas zonas homogéneas a norte da serra da Estrela, como sejam Baixo Vouga, Beira Serra, Alto Mondego, Lafões e Serra da Estrela, mas também se prevê um aumento significativo na produção unitária, comparativamente com a última campanha, na Campina e Campo Albicastrense e sobretudo na Cova da Beira.

No olival, os efeitos da seca e as condições menos favoráveis ocorridas na floração fizeram-se sentir mais acentuadamente nas zonas homogéneas de Pinhal Litoral, Dão Lafões, Alto Mondego, Serra da Estrela, Pinhal Sul e Campina e Campo Albicastrense. Face ao quinquénio, prevêem-se quebras entre os 10 e os 30%. A precipitação poderá vir a ter efeitos benéficos que ainda não são possíveis de avaliar.

3.2.5 Recursos Hídricos

No que concerne à disponibilidade de água para rega verificaram-se situações diferentes nas distintas zonas homogéneas. Na do Baixo Vouga, o nível de água disponível para rega encontrava-se reduzido em 25%. A recente pluviosidade ajudou a repor alguma humidade nos solos. Na zona homogénea de Baixo Mondego, existem explorações que recorreram à água da rede de abastecimento público para abeberamento dos animais, com acréscimo dos encargos. Em Pinhal Litoral estima-se que a disponibilidade de água para rega nos poços, furos e charcas se situe entre os 10 e os 20%. Há explorações que recorreram à água da rede de abastecimento público para abeberamento dos animais. Em Campina e Campo Albicastrense, a quantidade de água armazenada nos poços e barragens situava-se entre 40 e 50%, face a um ano normal. Nalguns casos houve racionamento das quantidades de água para rega nas culturas forrageiras de primavera/verão. Na zona homogénea da Beira Serra, os poços, mesmo os localizados perto de linhas de água, perderam a capacidade de reposição da

água, não permitindo as regas necessárias para as culturas de outono/inverno. Já se registaram dificuldades no abeberamento dos animais. Nas zonas homogéneas de Riba e Cimo Côa, os poços, charcas e barragens para rega encontravam-se a cerca de 25% da sua capacidade. Havia explorações que recorreram à água da rede de abastecimento público para abeberamento dos animais. Na área abrangida pelo regadio da Cova da Beira não havia dificuldade na obtenção de água. Na zona que não é abrangida pelo regadio, as charcas tiveram menos água armazenada e as nascentes debitaram abaixo do habitual nesta altura do ano.

3.3 Lisboa e Vale do Tejo

3.3.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Os prados e pastagens de regadio apresentaram um aspeto vegetativo normal. Alguns produtores tiveram de reduzir o número de regas para poderem ter água suficiente para o abeberamento dos animais.

Procedeu-se ao corte de diversos cobertos vegetais capazes de proporcionar forragens e fenos. A produção para autoabastecimento tem aumentado devido ao esgotamento dos *stocks* e ao aumento dos preços dos fenos e das palhas. No entanto, existiam situações em que não havia condições para a reposição de *stocks* necessários para serem utilizados mais tarde, no inverno. Também se recorreu à compra de palhas, fenos e silagens provenientes do exterior. Verifica-se um acréscimo do consumo de rações industriais.

3.3.2 Cereais de Outono/Inverno

Com a colheita, confirmam-se as quebras de produtividade em todos os cereais praganosos.

Por toda a região, verificou-se o desvio, para obtenção de fenos e palhas, de searas inicialmente destinadas à produção de grão.

3.3.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

O milho de regadio apresentou um bom desenvolvimento vegetativo e as maçarocas encontravam-se na fase de amadurecimento. A área deverá ser superior, cerca de 10 a 15%, face à do ano anterior e a produção também deverá ser superior. Continua a haver disponibilidade de água para regar a cultura apesar da redução dos níveis freáticos. Em algumas zonas o milho de sequeiro apresentou *stress* hídrico. A cultura encontra-se na fase de amadurecimento e apresenta, de um modo geral, um número normal de maçarocas.

O arroz apresentava um desenvolvimento vegetativo bom. As plantas germinaram bem e uniformemente encontrando-se na fase de amadurecimento do grão. Na Península de Setúbal a água disponível começava a escassear. Prevê-se uma produtividade semelhante à da média do quinquénio.

Girassol: Bom desenvolvimento vegetativo, mesmo na cultura feita em sequeiro. Não se preveem variações significativas quer de área quer de produção em relação ao ano anterior.

Batata de sequeiro – A colheita encontrava-se praticamente concluídas em toda a região. Mantem-se a perspetiva de redução de área em relação ao ano anterior e a produção deverá ser inferior, mas com calibre uniforme.

Batata de regadio – Bom aspeto vegetativo. Prevê-se um bom ano de produção quer em qualidade quer em quantidade, face à campanha anterior, mas inferior quando comparada com a produção do quinquénio considerado. Os produtores estavam a ter encargos extra com a maior frequência dos tratamentos preventivos para o míldio. Em alguns locais houve necessidade de se reduzir o número de regas, para fazer face a uma melhor gestão dos recursos hídricos. Na Península de Setúbal a cultura foi colhida, no entanto, muita batata acabou por ser deixada na terra pelo facto dos preços pagos ao produtor serem muito baixos.

O feijão apresentava desenvolvimento vegetativo bastante bom. Praticamente toda a produção encontrava-se colhida. Prevê-se a manutenção da área em relação à do ano anterior.

O tomate de indústria apresentava, de um modo geral, um bom desenvolvimento vegetativo e bom estado sanitário, com exceção de alguns locais da Península de Setúbal, onde se verificou a presença do vírus do bronzeamento, o que afetou a produção. Também se verificaram situações de escaldão dos frutos. Em alguns locais da região de Santarém e da Lezíria do Tejo as plantas apresentavam menor vigor e frutos de menor calibre, por terem sido plantadas mais tarde. Prevê-se um aumento da área e uma produtividade semelhante em relação ao ano anterior.

3.3.4 Culturas Permanentes

O desenvolvimento vegetativo dos citrinos era normal, assim como a qualidade da produção, em especial nos que são regados. A produção era, no entanto, irregular. Algumas cultivares deram flor mais tarde do que o normal. Estima-se para estes casos uma quebra na produção da ordem dos 10 a 20%.

Os pomares de pomóideas encontram-se na fase de crescimento dos frutos, sendo bom o seu desenvolvimento vegetativo. Em alguns locais já se iniciou a colheita. Nos pomares de Pera Rocha a colheita está praticamente concluída. Verificou-se um menor vingamento dos frutos no caso das pereiras, que no Oeste e no Médio Tejo apresentavam quebras de produção importantes, entre 30 e 40%, principalmente nos pomares mais velhos. Os frutos apresentam calibre irregular o que poderá implicar que a colheita seja feita em duas fases.

No caso das prunóideas, os pomares de cultivares semi-precoces e semi-tardias encontravam-se na fase de maturação dos frutos. Nas tardias, os frutos estão na fase final de crescimento. De um modo geral, o desenvolvimento vegetativo era bom. Na região Oeste verificavam-se quebras na produção de algumas cultivares de ameixeira. No Médio Tejo o vingamento dos frutos nos pessegueiros era fraco.

A rebentação da vinha encontrava-se um pouco atrasada em relação a um ano normal, no entanto, o aspeto vegetativo considerava-se bastante bom, ainda que nalgumas zonas o mesmo fosse irregular. Observava-se um razoável vingamento dos frutos, mas os bagos apresentavam menor calibre comparativamente com um ano normal. Verificaram-se algumas situações de escaldão dos frutos em julho. Na região Oeste, existia algum desavinho. Na Lezíria do Tejo, as vinhas eram regadas sempre que necessário e apresentavam um bom desenvolvimento vegetativo. No Médio Tejo as vinhas velhas deverão ter uma quebra de produção da ordem dos 50%, visto as elevadas temperaturas terem secado a maior parte dos bagos. Quanto à vinha de uva de mesa, o aspeto vegetativo era bom e prevê-se um ligeiro aumento da produção, face ao ano anterior, mas uma quebra acentuada face ao quinquénio considerado.

O desenvolvimento vegetativo do olival era normal, embora se verificasse alguma irregularidade no vingamento dos frutos, relacionada com a exposição e localização dos olivais. Alguns produtores preveem um bom ano de produção, enquanto outros estimam quebras na mesma, dada a irregularidade na floração. Ainda não é possível ter um valor para a variação da produtividade.

3.3.5 Recursos Hídricos

O recurso à rega, embora normal para a época do ano, tem provocado a descida dos níveis de água armazenada nos reservatórios que já se encontram mais baixos do que seria de esperar.

A disponibilidade de água continua bastante inferior à normal para a época.

3.4 Alentejo

3.4.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras.

As pastagens naturais de sequeiro encontravam-se, no final de setembro, esgotados. No que se refere às culturas em regadio a situação era ligeiramente melhor, no

entanto, a situação deverá piorar devido à insuficiente disponibilidade de água para as necessidades das plantas. A maioria das charcas e das barragens está praticamente seca.

Verificava-se uma antecipação de 40 a 60 dias da época de suplementação dos efetivos pecuários, resultado do esgotamento antecipado das pastagens e da diminuição da quantidade dos restolhos de cereais. A situação era de carência geral e muito preocupante quanto ao futuro, uma vez que continuavam a ser consumidos os alimentos forrageiros produzidos, em menor quantidade este ano, e que iriam constituir as reservas para os períodos do ano em que as carências são normais. O consumo de alimentos concentrados foi aumentando à medida que se iam consumindo as palhas e os restolhos dos cereais, com acréscimos de custos consideráveis, agravados pela subida dos preços destes alimentos.

3.4.2 Cereais de Outono/Inverno

Confirmam-se as quebras na produção dos cereais praganosos de outono-inverno. As produtividades médias e as produções foram inferiores às registadas no último ano e bastante inferiores aos valores normais para a região.

Salienta-se ainda que muitas searas não foram ceifadas pelo facto da baixa produção e da má qualidade do grão não justificarem a colheita, tendo sido desviadas para fenação ou pastoreio.

3.4.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

As culturas de regadio, cujas áreas de sementeira foram devidamente programadas face às disponibilidades de água existentes, nomeadamente o milho grão, o arroz e o tomate, apresentavam um bom aspeto vegetativo, perspetivando-se produtividades normais para a região. Nos locais onde esse cálculo não foi efetuado com tanto rigor, algumas culturas foram desviadas para silagem ou pastoreio direto.

A colheita das culturas de sequeiro encontrava-se no fim ou muito próxima do fim. Prevê-se uma quebra de produtividade e produção para a maioria destas culturas. Algumas foram desviadas para a alimentação animal uma vez que o seu desenvolvimento vegetativo encontrava-se debilitado, resultado do défice hídrico verificado e das altas temperaturas.

A colheita da batata de sequeiro encontrava-se concluída. Comparativamente com o quinquénio 2006/07 a 2010/11 prevê-se uma quebra de produtividade de 16% e um decréscimo na qualidade dos tubérculos. Quanto à batata de regadio a colheita aproximava-se do fim. A produção quer em quantidade, quer em qualidade situava-se dentro dos parâmetros normais.

3.4.4 Culturas Permanentes

Estas culturas apresentavam de um modo geral um regular aspeto vegetativo, no entanto, também se ressentiram da seca prolongada. Em algumas explorações, a disponibilidade de água para rega tem diminuindo, não permitindo fazer face, em pleno, às necessidades hídricas destas culturas.

No olival de sequeiro os vingamentos foram bastante fracos, resultado da ação conjunta dos fatores seca, ventos moderados a fortes, elevadas amplitudes térmicas e vagas de calor verificadas nos meses de junho, julho e agosto. Prevê-se uma quebra de produtividade superior às últimas previsões (quebra de 60%). Nos olivais de regadio quer a floração quer os vingamentos foram regulares. Prevê-se uma ligeira quebra de produtividade.

As vindimas decorreram com normalidade. Prevê-se uma quebra na produtividade de, aproximadamente, 11% relativamente à média do quinquénio. As elevadas temperaturas associadas à falta de humidade no solo, prejudicaram o desenvolvimento vegetativo da vinha para vinho, que não apresentava um crescimento equilibrado e vigoroso. A frutificação era muito heterogénea e as uvas apresentavam calibre pequeno e cachos com peso inferior ao normal para esta época do ano.

3.4.5 Recursos Hídricos

Nas barragens de grande e média dimensão, o volume de armazenamento de água existente não colocava em risco, na generalidade das situações, o abeberamento dos efetivos pecuários.

Nas explorações que regaram as culturas de outono-inverno, o volume de água disponível não foi suficiente para uma plena campanha de regadio das culturas de primavera/verão. Esta situação conduziu à redução das áreas ocupadas com as mesmas e/ou à opção por culturas menos exigentes em água.

Nas barragens de pequena dimensão e charcas praticamente não existiu reposição de água e as perdas são consideráveis (evaporação e infiltração). As suas reservas foram utilizadas para a rega de culturas de outono-inverno e abeberamento de efetivos pecuários. As reservas estavam praticamente esgotadas.

As condições de abeberamento dos efetivos pecuários no campo têm-se agravado. De uma forma geral e até à presente data, apesar de se assistir a um agravamento da situação, as necessidades de água para abeberamento dos efetivos pecuários foram supridas com meios da própria exploração, recorrendo, em muitos casos ao seu transporte e criação de pontos de abeberamento alternativos com recurso a cisternas e depósitos.

3.5 Algarve

3.5.1 Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Os prados e as pastagens naturais de sequeiro encontravam-se esgotados, não sendo possível suprir as necessidades dos efetivos animais. Os restolhos dos cereais, que nesta fase do ano costumam ser determinantes no contributo para a autossuficiência alimentar dos animais que efetuam pastoreio, foram também utilizados até ao limite, sobretudo pelos pequenos ruminantes.

Aumentou a compra de palhas, de fenos, proteaginosas e de rações industriais destinados à alimentação animal. A oferta, sobretudo, de palha foi insuficiente. Os preços variaram consoante a qualidade e a origem da palha. A situação mantém-se difícil e preocupante para os produtores pecuários.

3.5.2 Cereais de Outono/Inverno

Os cereais de outono/inverno encontravam-se colhidos. Mantêm-se as previsões de quebra de produtividade em todos os cereais praganosos.

3.5.3 Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Em relação ao ano agrícola anterior, estas culturas apresentavam as variações que se seguem.

Confirmam-se as quebras de produtividade para o milho de sequeiro entre os 50 e os 60%.

O milho de regadio apresentava bom desenvolvimento vegetativo e estado sanitário sem problemas. Prevê-se uma produção por hectare semelhante à do ano anterior. A colheita deverá ocorrer na segunda quinzena de outubro.

O arrozal apresentava um bom desenvolvimento vegetativo, prevendo-se uma produtividade semelhante à do ano anterior. A colheita encontrava-se ligeiramente atrasada e deverá ter no início nos primeiros dias de outubro.

Batata de regadio: As produtividades da batata nova deverão ser semelhantes às de um ano normal ou ligeiramente inferiores. A colheita da batata de conservação encontrava-se concluída e preveem-se os mesmos níveis de produtividade do ano anterior ou um pouco inferiores em alguns casos. As plantações de batata de regadio ocorridas em agosto apresentavam excelente desenvolvimento vegetativo devido as temperaturas elevadas registadas na região.

3.5.4 Culturas Permanentes

Nas variedades de laranjas temporãs (Newhall e Dalmau) prevêem-se produtividades semelhantes às do ano transato. Os pomares apresentavam, de um modo geral, um desenvolvimento vegetativo homogêneo, mas os frutos têm calibres ainda pequenos.

No olival de sequeiro, a precipitação ocorrida durante o mês de setembro não teve o efeito desejado, pois continua a observar-se frutos desidratados. Já se deu início à apanha da azeitona de mesa para britar. Caso venha a ocorrer precipitação no mês de outubro que contribua para evitar a desidratação dos frutos e possa melhorar o calibre da azeitona, as quebras de produção poderão ser menores. O número de frutos vingados era inferior ao da campanha anterior. O olival apresentava heterogeneidade produtiva. Prevê-se uma diminuição da produtividade de 25 a 30% comparativamente com o quinquénio.

Confirma-se que as produtividades da vinha para uva de mesa deverão ser semelhantes às do ano anterior. A colheita encontra-se na fase final.

Vinha para vinho: As vindimas encontram-se praticamente finalizadas. A uva, de uma forma geral, apresentava excelente qualidade, prevendo-se que, após o processo de laboração, surjam vinhos de superior qualidade. No entanto, a uva apresentava calibre mais pequeno. Prevê-se uma quebra na produtividade entre 10 a 15%, face à média do quinquénio.

A colheita da amêndoa encontrava-se concluída. Perspetiva-se um ano com diminuição de produtividade na ordem dos 10 a 30% para toda a região, relativamente ao quinquénio 2006/07 a 2010/11, devido ao facto da maioria dos pomares estarem bastante envelhecidos. Este ano praticamente não ficaram áreas por colher. A qualidade dos frutos era bastante heterogênea.

A alfarrobeira apresentava um aspeto vegetativo que indiciava algum *stress* hídrico, no entanto houve alguma melhoria fruto da ocorrência de precipitação no final do mês. A colheita encontrava-se concluída. Os frutos apresentavam qualidade inferior à do ano anterior e menor calibre. Prevê-se uma quebra na produção na ordem dos 35 a 43% em relação ao quinquénio considerado, devido fundamentalmente aos efeitos da seca.

No figueiral existiam muitos frutos vingados, mas o calibre dos frutos deverá ser inferior, pois as árvores revelavam algum *stress* hídrico, sobretudo nos pomares tradicionais de sequeiro. Prevê-se uma diminuição da produtividade nos pomares de sequeiro na ordem dos 10% a 30%, comparativamente com a média do quinquénio.

3.5.5 Recursos Hídricos

A situação tem vindo a agravar-se comparativamente com os meses anteriores. Ao nível das barragens privadas, apesar de na maioria dos casos continuar a haver água armazenada suficiente para as necessidades de abeberamento dos efetivos animais, já foram solicitados pedidos de ajuda por parte de produtores.

Apesar de existirem situações de diminuição e falta de água nas explorações (existem furos com capacidade de exploração deficiente e outros que já secaram), na generalidade dos casos estas têm vindo a ser minimizadas e resolvidas pelos produtores (transporte através de depósitos) ou pelas autarquias e bombeiros. Na Serra Algarvia a maioria das pequenas barragens privadas encontram-se com níveis de água preocupantes ou já secaram.

As situações mais preocupantes encontravam-se nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, no Sotavento, em S. Marcos da Serra no concelho de Silves e Salir no concelho de Loulé, na zona Centro, e em Vila do Bispo, no Barlavento.

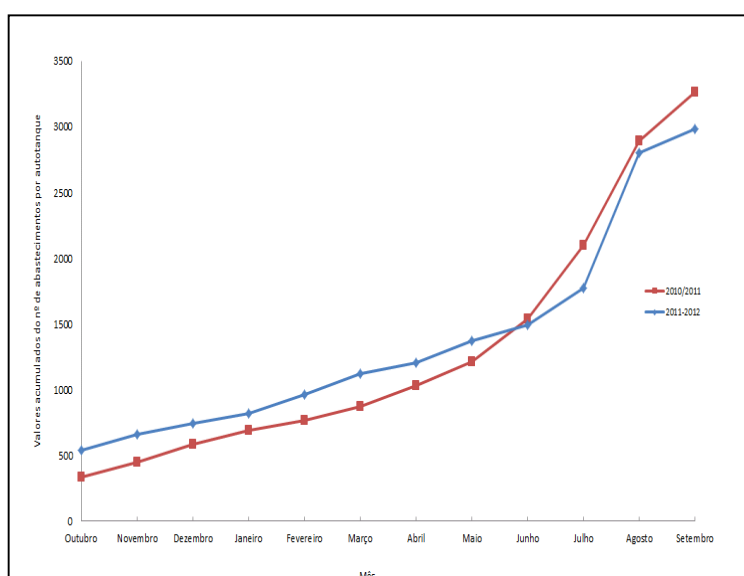
4. ABASTECIMENTOS DE POPULAÇÕES POR AUTOTANQUE

4.1 Número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano

Em termos estatísticos, o número de abastecimentos alternativos de água para consumo humano, efetuadas tipicamente por corpos de bombeiros, permanecem com um comportamento relativamente regular face ao observado no ano hidrológico 2010/11.

No comparativo dos anos hidrológicos 2010/2011 e 2011/2012 para o total acumulado do número de abastecimentos a populações por autotanque, em Portugal Continental (ver figura que se segue), desde o início do ano hidrológico, continuam a observar-se comportamentos análogos de ambos os registos, com uma ligeira anomalia negativa, isto é, menos abastecimentos alternativos para o presente ano hidrológico, mas sem significado estatístico aparente, pelo que se pode inferir a limitação da atual seca à componente agrícola.

Valores acumulados de abastecimentos a populações por autotanque



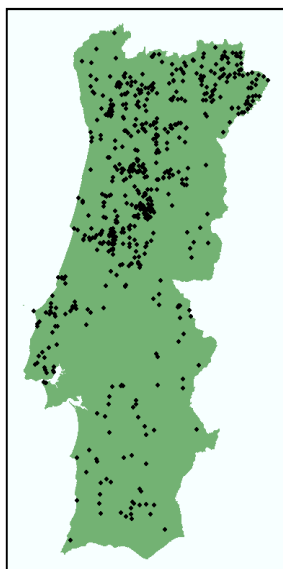
Fonte: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

4.2 Distribuição espacial dos abastecimentos alternativos de água para consumo humano

Em termos de distribuição espacial continua a ocorrer um maior número de abastecimentos por autotanque nas regiões interiores a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, o que é coerente com os índices de seca meteorológica aí registados nos últimos meses, mas não aparentando ser em número tal que possua significado estatístico quando comparado com anos anteriores. Esta situação indicia

uma tendência presumivelmente provocada, na sua maioria, por situações correntes de exploração e não por indisponibilidades hídricas conjunturais.

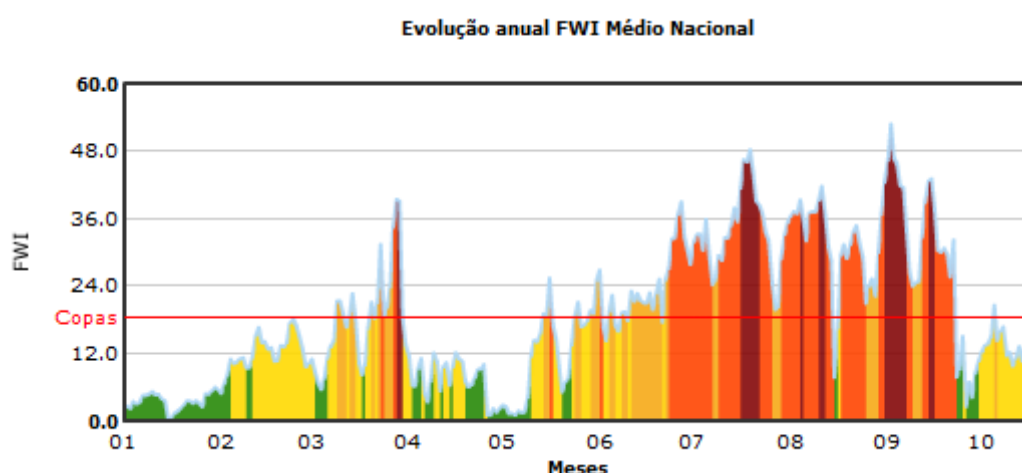
**Distribuição espacial de abastecimentos por autotanque no período
Agosto/Setembro**



Esta situação é sentida com maior severidade em sistemas de abastecimento localizados em áreas de densidade populacional reduzida, sendo usualmente potenciada por debilidades estruturais dos sistemas locais de adução e distribuição, mais dependentes em certa medida de captações de origem subterrânea que são geralmente menos resilientes nesta conjuntura.

5. INCÊNDIOS FLORESTAIS

Durante o mês de setembro o índice meteorológico de risco de incêndio (FWI¹) médio nacional atingiu os valores mais elevados desde o início do ano, traduzindo-se em grandes dificuldades na supressão dos incêndios.



Fonte: ICNF

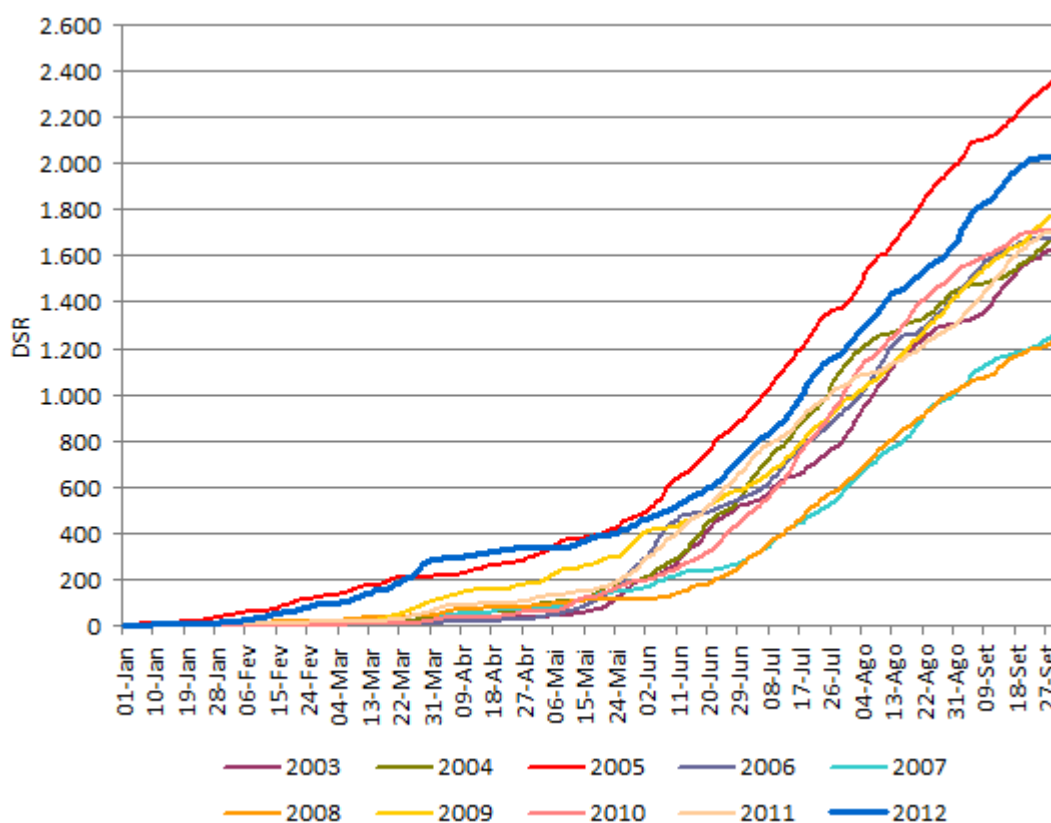
As condições meteorológicas têm uma relação muito direta com o número de ocorrências. A população portuguesa está, hoje em dia, consciencializada para o problema dos incêndios florestais e seus impactos, no entanto existem ainda claras deficiências na adequação das suas práticas às situações meteorológicas. Em Portugal as causas estão fortemente relacionadas com atividades e comportamentos humanos, entre 98% e 99%, mas enquanto numa situação meteorológica favorável estas

¹ O índice meteorológico de risco de incêndio, vulgarmente definido pela sigla FWI (Fire Weather Index) foi desenvolvido pelo Serviço Canadano de Florestas e estima o risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal, determinado indiretamente através dos dados meteorológicos às 12UTC das várias estações. A classificação inclui 5 classes de risco (reduzido, moderado, elevado, muito elevado e máximo) em função da dificuldade de supressão do incêndio.

atividades não originam incêndios, nas situações meteorológicas mais desfavoráveis estas resultam, frequentemente, em incêndios florestais.

Comparativamente com os últimos 9 anos (ver figura que se segue), o valor acumulado do DSR em 2012, até à presente data, mantém-se inferior apenas ao do ano de 2005, podendo-se considerar como o segundo ano mais severo dos últimos dez anos.

Evolução do Índice de Severidade Diário (DSR) entre 2003 a 2012



Fonte: AFN

O facto de quase todo o território de Portugal Continental ter estado, em grande parte do período de janeiro a abril, em situação de seca (severa e extrema) contribuiu para um elevado valor cumulativo do DSR até à presente data de 2012. Ainda assim, é visível o desagravamento a partir da terceira semana de setembro.

Comparando as ocorrências e as respetivas áreas ardidas de 2012 com os valores médios do decénio 2002/2011 no período de 1 de janeiro a 30 de setembro, registaram-se menos 478 ocorrências e arderam menos 32 179 hectares de espaços florestais. As diferenças são mais evidentes nas áreas ardidas, essencialmente na de

povoamento que regista cerca de 64% da área média ardida no decénio. O total de área ardida, até à data, em 2012 é aproximadamente 76% do valor médio dos últimos dez anos.

Evolução da área ardida e do número de ocorrências no período 2002 a 2012 e média do decénio 2002/2011

ANO	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamento	Mato	Total
2002	6.500	19.948	26.448	65.131	59.427	124.558
2003	5.175	20.455	25.630	285.864	139.475	425.339
2004	4.407	15.279	19.686	54.697	69.776	124.473
2005	7.538	25.476	33.014	201.512	119.722	321.234
2006	3.433	16.434	19.867	36.271	39.601	75.872
2007	1.662	9.636	11.298	7.141	12.684	19.825
2008	1.949	10.056	12.005	4.615	8.927	13.542
2009	5.353	18.577	23.930	23.302	59.427	82.729
2010	3.572	16.834	20.406	45.676	83.687	129.363
2011	3.102	14.404	17.506	12.842	33.266	46.108
2012*	4.254	16.247	20.501	47.534	56.591	104.125
Média decénio (2002-2011)	4.269	16.710	20.979	73.705	62.599	136.304
Nº vezes superior à média	1,0	1,0	1,0	-0,6	-0,9	-0,8

Fonte: SGIF
*dados provisórios.

Em termos distritais, Faro é o que apresenta maior área ardida (22 167 ha), sendo que 97% resulta do grande incêndio, onde se estima que terá afetado cerca de 21 437 ha de espaços florestais. Os distritos de Bragança e Viseu têm valores de área ardida também preocupantes, com 13 575 ha e 11 375 ha, respetivamente.

Distribuição da área ardida e do número de ocorrências em 2012 por distrito

Distrito	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios	Fogachos	Total	Povoamento	Mato	Total
Aveiro	160	1.806	1.966	2.198	339	2.537
Beja	16	42	58	719	67	786
Braga	547	1.496	2.043	4.289	4.643	8.932
Bragança	451	434	885	2.714	10.861	13.575
Castelo Branco	64	391	455	998	736	1.734
Coimbra	106	712	818	4.666	1.024	5.690
Évora	19	39	58	331	18	349
Faro	44	425	469	6.360	15.807	22.167
Guarda	349	315	664	5.110	4.973	10.083
Leiria	116	677	793	1.662	740	2.402
Lisboa	272	974	1.246	624	870	1.494
Portalegre	21	61	82	1.155	22	1.177
Porto	464	4.251	4.715	1.809	1.735	3.544
Santarém	91	612	703	4.905	2.892	7.797
Setúbal	34	647	681	207	148	355
Viana do Castelo	338	734	1.072	788	2.095	2.883
Vila Real	682	979	1.661	2.859	4.386	7.245
Viseu	480	1.652	2.132	6.140	5.235	11.375
Total	4.254	16.247	20.501	47.534	56.591	104.125

Fonte: SGIF
Dados provisórios

6. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA

6.1 Apresentação

Apresenta-se, em Anexo, o ponto de situação das medidas tomadas para atenuar os efeitos da seca.

Esta informação encontra-se no sítio da internet do GPP, que está em permanente atualização, procurando expor-se dados detalhados sobre todas as medidas tomadas pelo MAMAOT. As orientações mais específicas para as candidaturas encontram-se nos sítios da Internet dos organismos diretamente responsáveis.

6.2 Divulgação

Para além da disponibilização de informação geral na página de internet do GPP e de informação mais detalhada nas páginas dos organismos responsáveis por cada medida, tem-se contado com o apoio das Confederações e Associações de agricultores na sua divulgação.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto entidade representada na Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Prevenção da Seca, também está a prestar apoio ao MAMAOT na disseminação das medidas adotadas, via internet e utilizando um edital nos Municípios e nas Juntas de Freguesia.

ANEXOS

Anexo I - Variação da Área Semeada

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-2	-5 a +35	-21 a -8	0	0
Prados temporários ⁽¹⁾		-15 a -5	-3	0	0
Pastagens permanentes ⁽¹⁾		-5		0	0
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-14	-45 a +5	-47	-39	-2
Trigo duro			-88	-48	0
Triticale		-30 a -10	-33	-13	+20
Aveia	-8	-45 a +5	-89	-2	-63
Centeio	-13	-45 a -5	-64	-29	-64
Cevada	-32	-45 a -5	-71	-61	-33
Cereais primavera/verão:					
Milho sequeiro	+10	-50 a -20	-8		
Milho regadio	-16	-20 a +5	+10	+44	
Arroz		0	+24	+1	
Girassol			-33	+4	
Batata:					
Batata sequeiro	-7	-80 a +10	-47	-91	-63
Batata regadio	-7	-30 a +20	+4	-69	-24
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-20	-5			
Favas				-20	+7
Ervilhas				-20	-27
Feijão			-19	-23	
Melão			-9	+5	
Tomate para indústria			+8	-47	

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

⁽¹⁾ Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

Anexo II - Variação da Produtividade

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-30 a -20	-65 a -25	-30 a -10	-42	-53 a -45
Prados temporários ⁽¹⁾	-33 a -28	-80 a -15	-9	-40	-65 a -55
Pastagens permanentes ⁽¹⁾	-33 a -28	-70 a -15		-60	-70 a -60
Cereais Outono/Inverno:					
Trigo mole	-32	-50 a -15	-63	-34	-52 a -50
Trigo duro			-66	-33	-52 a -50
Triticale		-40 a -15	-51	-43	-52 a -50
Aveia	-28	-50 a -15	-38	-39	-47 a -45
Centeio	-16	-50 a -15	-19	-69	-47 a -45
Cevada	-32	-50 a -15	-26	-34	-52 a -50
Cereais de Primavera/Verão					
Milho grão sequeiro	+4	-60 a -15	+47		
Milho grão regadio	+16	-50 a -5	0	+11	
Arroz		-10	-1	0	
Batata:					
Batata sequeiro	-3	-76 a -5	+30	-16	-55 a -40
Batata regadio	+5	-30 a -5	-21	-1	-5
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-25 a -20	-15			
Favas				-80	-60 a -50
Ervilhas				-80	-60 a -50
Tomate para indústria			-13	+15	
Hortícolas Estufa ⁽¹⁾	-15				
Culturas Permanentes					
Citrinos	-21	-20 a -5	+6 a +15		-30 a -15
Vinha uva de mesa	-9	-20 a +15	-34	+8	
Vinha uva de vinho	-19	-20 a +15	-43	-10	-20 a -15
Prunóideas		-35 a +20			-10 a -5
Pessegueiro	-11	-25 a -10	-25	0	
Cerejal	-14	-35 a -10	+7	0	
Pomóideas		-10			-10 a -5
Macieiras	-27	-40 a -10	+13	-12	
Pereiras	-23	-25 a -5	-21	-7	
Amendoal	-14		-24		-30 a -10
Alfarrobal					-43 a -35
Figueiral	-25 a -20				-30 a -10
Castanheiro	-34				
Subtropicais					-20 a -15
Olival sequeiro	-32 a -31	-30 a -10		-60	-30 a -25

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

(1) Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

MEDIDAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS DA SECA

(Em permanente atualização no sítio do GPP)

Anexo III -Medidas de Derrogação Administrativa

Modo de Produção Biológico (MPB)

1. Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais para animais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais na alimentação de ruminantes em Modo de Produção Biológico, mediante solicitação do produtor ao Organismo de Controlo, devidamente fundamentado, em formulário próprio.	Em vigor Aviso n.º4779/2012, do GPP, D.R. 2ª série, 29 de março Comunicação à CE	Aplicação ao território nacional por um período de duração máxima de 10 meses, com efeitos retroativos a 1 de fevereiro

Produção Integrada (PRODI)

1. Derrogação temporária de normas para alimentação animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária de algumas normas para alimentação animal em Modo de Produção Integrada (PRODI), mediante requerimento dos interessados, não pondo em causa os princípios gerais deste modo de produção.	Em vigor Despacho DGAV de 23/03/2012	Transitoriamente até 31 dezembro de 2012

2. Derrogação temporária de utilização de produtos fitofarmacêuticos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Derrogação temporária da proibição de utilização de produtos fitofarmacêuticos para controlo de infestantes /pragas/doenças em agricultura em Modo de Produção Integrada (PRODI) mediante pedido de autorização devidamente fundamentado, formulado pelo produtor.	Em vigor Comunicado da DGADR	Durante período de ocorrência de seca

Regime de Pagamento Único (RPU)

Flexibilização da gestão de pagamentos diretos - prémios animais:

1. Diminuições temporárias dos efetivos pecuários

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Não penalização por subutilização de direitos ao prémio por ovelha e cabra e ao prémio à vaca aleitante (para 2012 a utilização mínima de direitos é de 70%), o que implicaria a perda dos direitos não utilizados para a Reserva Nacional.	Em vigor Despacho Normativo nº. 8/2012 do MAMAOT de 30/03/2012 D.R. 2ª série nº. 12 de 11 de abril	A título excecional, prémios de 2012

2. Períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Flexibilização das obrigações de cumprimento de períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações. Retenção vacas em aleitamento - 5 meses em vez de 6, a partir de 1 de fevereiro Retenção ovelhas e cabras – 80 dias em vez de 100, a partir de 30 de abril	Em vigor Aprovado em Comité de Gestão de Pagamentos Diretos Em 30 de maio	Aplicável às candidaturas de 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Medida n.º 2.1 - "Manutenção da atividade agrícola em Zonas Desfavorecidas" - Áreas de pousio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.1 - "Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas", do PRODER - Suspensão sobre o limite que impende sobre a elegibilidade das Áreas de Pousio.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

2. Ação n.º 2.2.1 - "Alteração dos Modos de Produção Agrícola" - Tabela de produção de referência

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.1 - "Alteração de Modos de Produção Agrícola", do PRODER - Suspensão da obrigação de comercializar a produção obtida de acordo com os valores da tabela de referência divulgada no sítio do PRODER. Nas áreas semeadas de cereais que não são colhidas devido à seca, é possível o seu pastoreio, desde que não sejam ultrapassados os níveis de encabeçamento previstos na regulamentação em vigor e que não seja colocado em risco o cumprimento dos restantes compromissos assumidos no âmbito da ação em causa.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

3. Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica" - Cabeças normais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento do dever de manter o número de cabeças normais inicialmente declaradas.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

4. Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos" - Densidades

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento das Densidades previstas nos Planos de Gestão Florestal, por operações de florestação ou de reflorestação.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

5. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Encabeçamentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Não aplicação de sanções por incumprimento dos encabeçamentos mínimos.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

6. Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Ajustamentos pontuais de compromissos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - As Estruturas Locais de Apoio podem definir orientações e autorizar ajustamentos de compromissos mediante a análise das situações concretas e a evolução da situação climática.	Em vigor Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Outras

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Consentir o pastoreio, que não apenas por gado ovino, nas Áreas de Intervenção de Projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA), mediante a verificação de determinadas condições (altura do povoamento, fase de desenvolvimento, cumprimento do POG) e salvaguardando que esta atividade não é elegível para qualquer outro tipo de apoios.	Para os projetos RURIS-FTA já é admissível o pastoreio por gado ovino, para efeitos de controlo da vegetação espontânea, a partir do último prémio à manutenção. Os beneficiários responsabilizam-se pela manutenção e proteção dos povoamentos. Esta determinação pode ser extensível ao Reg. 2328/91 e Reg. 2080/92. Portarias enviadas para publicação em Diário da República	Em contínuo

Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Adensamento

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Prorrogação do prazo concedido para regularização dos projetos que não apresentavam as densidades mínimas legalmente previstas, por mais um ano _ Regulamento (CEE) nº 2080/92-, só a aplicar a projetos na Fase de Manutenção nas duas situações: Opção de não proceder à reposição da densidade pela forte probabilidade de insucesso devido à seca; Realização da retanchar, mas que vistoria subsequente efetuada pela entidade competente tenha confirmado insucesso devido a seca, havendo lugar, a título excecional, do pagamento do Prémio à Manutenção	Em vigor Comunicação, pelo IFAP, às DRAP dos procedimentos a adotar em sede de controlo	Campanha 2011-2012

Anexo IV - Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras

Regime de Pagamento Único (RPU)

1. Antecipação do Pagamento RPU 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios RPU 2012 - Pagamento de 50% do Pagamento Único 29/10 a 02/11/2012 (238 Meuro)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Ponto agendado para reunião CMA Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08 (adiantamento de um mês)	Aplicável às candidaturas de 2012

Ajudas Diretas

1. Antecipação do Pagamento dos Prémios Ovelha e Cabra 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - 50% do prémio por ovelha e cabra 29/10 a 02/11/2012 (14,5 Meuro prémio ovelha e cabra)	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08	Aplicável às candidaturas de 2012

2. Antecipação do Pagamento dos Prémios Vaca Aleitante 2012

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - Aumento de 60% para 80% do adiantamento do prémio à vaca em aleitamento 29/10 a 02/11/2012 [17,6 Meuro prémio vaca aleitante (acréscimo de 20%)]	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08	Aplicável às candidaturas 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

1. Flexibilização de prazos, nas diferentes medidas PRODER, para realização dos investimentos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Os efeitos associados à seca constituem fundamento suficiente para a prorrogação do prazo de execução das componentes dos investimentos associadas a plantações de culturas permanentes e plantações florestais. De acordo com os procedimentos para a realização de investimentos (Orientações Técnicas Gerais nº 6 e 7, disponíveis no site do PRODER), o promotor pode pedir um adiamento do prazo para a realização de investimentos, desde que o respetivo pedido, apresentado no Módulo de Alterações do Balcão do Beneficiário, seja devidamente fundamentado e exista evidência clara de que o projeto vai ser executado.	Em vigor Informação no sítio do PRODER	Autoriza flexibilização dos prazos até, no máximo, 31/03/2015

2. Ação n.º 1.1.2 – “Apoio aos investimentos de pequena dimensão” - Prioridade equipamento rega e armazenamento de água

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ação n.º 1.1.2 - "Apoio aos investimentos de pequena dimensão", do PRODER Na hierarquização dos pedidos de apoio constituem 1ª prioridade os investimentos associados à captação, retenção, transporte e distribuição de água.	Em vigor Concurso aberto a 22 maio Informação no sítio do PRODER	Desde 1 janeiro de 2012, em contínuo

3. Medida nº 2.1 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas - PRODER 32, 819 Meuro	Pagamento efetuado Pagamento efetuado a 27/04/2012 (Anteriormente agendado para 28/05 a 01/06/2012)	Saldo 2011

4. Ação nº 2.2.2 - Proteção da Biodiversidade Doméstica

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Valorização de Modos de produção: Proteção da Biodiversidade Doméstica - PRODER 1,772 Meuro	Pagamento efetuado Pagamento efetuado a 20/04/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

5. Medida nº 2.2 – Valorização dos Modos de produção, Ação nº 2.2.1 Alteração dos Modos de Produção Agrícola e Ação nº 2.2.4 Conservação do Solo, e Medida nº 2.4 Intervenções Territoriais Integradas

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas - PRODER 20,752 Meuro	Pagamento efetuado Pagamento efetuado em 31/05/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012)	Saldo 2011

6. Medida nº 2.1 Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70% - PRODER 75 Meuro	Pagamento efetuado Pagamento efetuado em 30/07/2012 (Anteriormente previsto para 24 a 28/09/2012)	2012

7. Medidas Agro e Silvo Ambientais - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70% - PRODER 2,6 Meuro	Pagamento de 29/10 a 02/11/2012 (datas previsionais) (Anteriormente previsto para 05 a 09/11/2012)	2012

8. Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70%

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70% - PRODER 37,333 Meuro	Pagamento efetuado Pagamento efetuado em 28/09/2012 (Anteriormente previsto para 19 a 23/11/2012)	2012

Apoio à pecuária

1. Subvenção a Fundo Perdido aos Produtores Pecuários de Ruminantes

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda Nacional aos produtores pecuários de ruminantes para compensar custos adicionais com alimentação por escassez de pastagem - ajuda forfetária - subvenção a fundo perdido. Montante total de 20 Meuro	Pagamento efetuado Despacho Normativo nº. 5/2012 de 04 de abril, DR, 2ª série nº. 71 de 10 de Abril Apresentação dos pedidos até 20 dias de calendário contados da entrada em vigor do diploma Despacho Normativo nº 13/2012 de 28 maio, DR nº 106, 2ª série de 31 de maio, que altera o Despacho Normativo nº5/2012 Condições de elegibilidade e forma de acesso disponíveis no sítio do IFAP	

2. Linha de Crédito para Alimentação Animal

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
LINHA DE CRÉDITO COM JUROS BONIFICADOS: ✓ Linha de Crédito para Alimentação Animal, com juros bonificados • Dirigida a operadores do setor de pecuária extensiva (bovinicultura, equinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) e apicultura. • O montante de crédito poderá atingir 30 Meuro ✓ Poderão ainda aceder à presente linha de crédito operadores que exerçam outras atividades agrícolas, nos termos e condições definidos pela Portaria nº 300/2012, dos MF e MAMAOT O montante global do crédito (atividades vegetais e pecuárias) não poderá exceder 50 Meuro	Em vigor Decreto-lei nº 101/2012 de 5 de abril, DR nº 92, 1ª série, de 11 de maio Linha de crédito para alimentação animal: Candidaturas até 30 de abril, prorrogadas posteriormente até 15 de junho, alteradas por circular do IFAP, de 15 de setembro até 15 de outubro Circular e formulário para crédito para alimentação animal disponíveis no sítio do IFAP Os contratos devem ser celebrados entre as instituições de crédito e os mutuários até 15 de dezembro e remetidos ao IFAP até 31 de dezembro Linha de crédito atividades vegetais e asininos: A Portaria para conceção de crédito relativamente às atividades vegetais e asininos foi enviada para publicação em Diário da República	Empréstimo concedido pelo prazo de 1 ano a partir da data da 1ª utilização do crédito O crédito pode ser utilizado de forma faseada, até quatro utilizações, a realizar no prazo máximo de quatro meses após a data de celebração do contrato

Redução de custos de produção

1. Ajuda à Eletricidade

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Ajuda à eletricidade - compensar os custos de eletricidade utilizada na atividade agrícola, pecuária e aquícola, exercida diretamente nas explorações agrícolas, pecuárias e aquícolas. O valor da ajuda é equivalente a 40% do valor do consumo faturado, excluindo o IVA (5 Meuro) (Enquadramento jurídico regime de <i>minimis</i>)	Em vigor Despacho MAMAOT nº 11151/2012, D.R. nº158, 2ª série, 16/08 Candidaturas de 10/09 a 31/10	Período elegível: setembro 2011 a março de 2012

2. Isenção de Taxa de Recursos Hídricos

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Taxa de Recursos Hídricos - isenção da taxa na agricultura Os utilizadores que já efetuaram o pagamento deverão solicitar a sua devolução à entidade que liquidou a TRH. Os restantes utilizadores irão receber comunicação das ARH anulando anterior nota de liquidação. (1,6 Meuro)	Em vigor Despacho MAMAOT nº. 4825/2012, publicado em DR nº. 69, 2ª série de 5 de abril Consultar sítio do INAG	Ano de 2011 (cujo pagamento se processa em 2012)

3. Apoio à distribuição de água para abeberamento de gado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Apoio aos agricultores ou às corporações de bombeiros para distribuição de água para abeberamento de gado	Em vigor na área de influência da EDIA	Durante período de ocorrência da seca

4. Redução do risco de incêndios florestais

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Medidas de emergência de âmbito setorial Redução do risco de incêndios florestais em termos de prevenção, vigilância e combate	Declarar como período crítico de combate aos incêndios florestais o período entre 1 de julho e 30 de setembro	1 de julho a 30 de setembro

Simplificação Procedimentos

1. Anexação de parcelas para pastoreio

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Possibilidade de determinadas parcelas aráveis enquadradas em explorações agrícolas sem animais, poderem vir a ser pastoreadas por animais de explorações pecuárias vizinhas ou próximas (Bovinos e Pequenos Ruminantes)	Em vigor Nota Informativa e Requerimento no sítio da DGAV	Até 31/12/2012

Âmbito fiscal e parafiscal

1. Aceleração de reembolso do IVA pelo Estado

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Aceleração do reembolso do IVA pelo Estado Para reembolso solicitado em 2012 por sujeitos passivos que tenham como atividade, exclusiva ou principal, a agricultura ou a produção animal. A ser restituído no prazo de: 30 Dias a contar da receção da garantia prestada, no caso do primeiro reembolso 30 Dias a contar da data de receção do pedido do reembolso, nos restantes casos	Em vigor Despacho nº 345/2012 – XIX, de 22/06, do SEAF	2012

2. Imposto sobre o Rendimento – Pagamentos por Conta

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
Imposto sobre o Rendimento Concentração da totalidade dos pagamentos por conta: - Sujeitos passivos de IRS até ao dia 20 de dezembro - Sujeitos passivos de IRC até ao dia 15 de dezembro ou do 12º mês do respetivo período de tributação Que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária	Em vigor Lei 20/2012, publicado em DR nº. 93, 1ª série de 14 de maio Artigo 21º	2012

3. Redução temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social

Descrição	Ponto Situação	Período Vigência
- Dispensa do pagamento de contribuições à segurança social a produtores agrícolas com exercício exclusivo de atividade e respetivos cônjuges que exerçam efetiva e regularmente atividade profissional na exploração (6 M€) - Diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras relativamente aos seus trabalhadores que exerçam atividade agrícola nas explorações. A dispensa ou o diferimento abrange explorações agrícolas e pecuárias que comprovem perdas de rendimento superior a 30%.	Em vigor Portaria 178-A/2012, publicado DR nº 106, 1ª série, de 31 de maio Portaria 203/2012, publicado DR nº 128, 1ª série de 4 julho Requerimento até 2 de julho, prorrogado até 16 de julho Portaria 226-A/2012, publicado DR nº 148, 1ª série de 1 de Agosto Requerimento até 15 de Setembro (dispensa ou diferimento de julho a outubro)	maio a outubro de 2012 julho a outubro